

PRISSEIENÇA

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Dez.-Nº 12, Vol II, 1998.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR

CENTRO DO IMAGINÁRIO SOCIAL
LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA HUMANA E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

PRESENÇA - ISSN 1413-6902

Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente
Ano II n. 12 - Jun. - 1998 - Publicação Trimestral

Editor:
JOSUÉ COSTA

CONSELHO EDITORIAL

Clodomir Santos de Moraes
UFRO

Miguel Nenevé
UFRO

Sílvio Sanches Gamboa
UNICAMP

Nídia Nacib Pontuschka
USP

Mário Alberto Cozzuol
UFRO

Arneide Badeira Cemin
UFRO

As matérias encaminhadas deverão ter entre três e quinze laudas (tamanho A4), espaço 1.0, fonte Arial 12, em disquete 3 ½ pol, formatados em "Word for Windows". Os trabalhos deverão conter a data de elaboração e o endereço completo do autor.

PRESENÇA, Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Porto Velho, Fundação Universidade Federal de Rondônia. V.1, 1993.

Trimestral

- 1. Educação - Periódico**
- 2. Meio ambiente - Periódico**

CDU 37(05)

Foto: Açaizero – **Josué Costa**
Leiaute e Diagramação: **Sheila Castro**

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	04
A TRANSFORMAÇÃO DE MINIFÚNDIOS EM LATIFÚNDIOS NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA.....	05
JOSÉ JANUÁRIO AMARAL DORISVALDER DIAS NUNES VALDEMIR MIOTELLO	
CONCORDÂNCIA NOMINAL: REDAÇÕES DE VESTIBULAR NA UFRO.....	09
MARIA ISABEL DE MOURA VALDEMIR MIOTELLO	
MIGRAÇÕES NORDESTINAS PARA A AMAZÔNIA.....	14
MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO	
GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO (1837-1942).....	25
GENYLTON ODILON RÊGO DA ROCHA	
O MERCÚRIO NOS GARIMPOS DE OURO DO RIO MADEIRA/RO.....	35
ENE GLÓRIA DA SILVEIRA PRISCILA ANDREA SALVIONI GALI RONILSON VASCONCELOS BARBOSA IVANEY CARVALHO BRAGA	
MITO E LUGAR – PARTE IV.....	42
JOSUÉ COSTA	
ASSOCIATIVISMO: ESFORÇO PACÍFICO CONTRA A VIOLÊNCIA.....	53
CLODOMIR MORAIS	

EDITORIAL

A Universidade deve ser fundamentalmente, o centro coordenador das mais altas atividades intelectuais. Nela se destila o saber como a essência da vida de uma cultura. Assim, deve a Universidade estar sempre indissolúvelmente ligada ao organismo social que a gera e ao qual deve servir. Suas funções básicas são as de criar conhecimento, de propagá-los e difundí-los e de defender as suas verdades contra as forças eventuais do obscurantismo. Três são as suas missões: a de investigação criadora; a de ensino universitário e a de estender o conhecimento produzido à sociedade que lhe patrocina.

A investigação é uma das funções primordiais da Universidade, devendo a mesma criar o conhecimento para depois difundí-lo. Se assim não proceder, a Universidade perde sua hierarquia e cai na categoria de uma simples escola de nível superior, onde se repetem conhecimento e técnicas bebidas em outras fontes. O conhecimento não é criado, é levado a um processo de estagnação. A Universidade formada pelo simples agrupamento de escolas técnicas, profissionais, envolvidos com um pouco de tecido conjuntivo não é uma Universidade.

Segundo o Professor Milton Santos "A universidade, aliás, é, talvez, a única instituição que pode sobreviver apenas se aceitar críticas, de dentro dela própria, de uma ou outra forma. Se a universidade pede aos seus participantes que cale, ela está se condenando ao silêncio, isto é à morte, pois seu destino é falar. A fidelidade reclamada não pode ser à universidade, e a ela não temos razão para ser fiéis. Nossa única fidelidade é com a idéia de universidade. E é a partir da idéia sempre renovada de universidade que julgamos as universidades concretas e sugerimos mudanças. De outro modo, compactuamos com equívocos e erros e acabamos, nós próprios, praticando equívocos e erros."

Os pressupostos básicos da Universidade não só sobrevivem com a crítica como precisam dela. Entretanto, a Universidade sofre de inanição devido aos freqüentes cortes de verbas. Mais de cinqüenta universidades brasileiras pararam suas atividades reivindicando aumento salarial congelado há mais de três anos, verbas para pesquisa, ensino e extensão.

Em nenhum momento da história deste País a Universidade, o Ensino Superior, a Educação foi tão caluniada e desprestigiada. Que nação FHC quer construir com o sucateamento das Universidades Públicas?

O neoliberalismo de FHC está nos pondo em uma corrida de marcha ré em relação ao futuro. Na linha de chegada do novo século, talvez haja uma faixa para quem chegue com trinta anos de atraso: a Universidade Pública Brasileira.

A TRANSFORMAÇÃO DE MINIFÚNDIOS EM LATIFÚNDIOS NAS ÁREAS DE COLONIZAÇÃO DE RONDÔNIA.

José Januário Amaral*
Dorisvalder Dias Nunes**
Valdemir Miotelo***

RESUMO: A concentração e o uso indevido da terra pelo latifúndio têm sido acompanhados por um aumento generalizado dos conflitos sociais, em virtude de usurpação das áreas indígenas e as de uso camponês. Abrangem uma diversidade de antagonismos e de interesses concernentes não apenas à titulação da terra, mas também às relações de trabalho e à circulação de produtos agrícolas. Um fato que chamou a atenção, em pesquisa de campo no ano de 1996 e 1997, foi o registro de posse dos lotes, dentro de alguns projetos de assentamento, por empresas privadas, uma vez que estas são proibidas, por lei, de obterem o título de propriedade de lotes destinados à reforma agrária.

PALAVRAS – CHAVE: Camponês, Indígenas, Diversidade e Pesquisa.

ABSTRACT: The concentration and the misuse of the Earth by big rural landlords have been accompanied by an increase of social conflicts, by virtue of usurpation of indigenous and peasant usage. Cover a variety of antagonisms and interests related not only to the titration of the Earth, but also employment relationships and the circulation of agricultural products. A fact that drew attention, in field research in 1996 and 1997, was the record of possession of the lots, in a few projects of settlement, by private companies, since these are prohibited, by law, to obtain title to the lots intended for agrarian reform.

KEYWORD: Indigenous, Peasant, Diversity and search.

A concentração e o uso indevido da terra pelo latifúndio têm sido acompanhados por um aumento generalizado dos conflitos sociais, em virtude de usurpação das áreas indígenas e as de uso camponês. Abrangem uma diversidade de antagonismos e de interesses concernentes não apenas à titulação da terra, mas também às relações de trabalho e à circulação de produtos agrícolas.

A situação dominial não definida e o não reconhecimento pleno dos direitos de posse, tal como estava firmado no Estatuto da Terra, favorecem as operações fraudulentas de grilagem cartorial. O exemplo, Valverde (1993:139) relata que:

"Empresas do Sudeste e transnacionais fizeram um avanço maciço sobre a periferia da floresta amazônica, de forma clara. A famosa Volkswagen acabou empurrando seu empreendimento para a BRSCAN que, por sua vez, o empurrou para a Matsubara, que detém essa propriedade onde foi feita a primeira das grandes queimadas da Amazônia, a qual pôde ser observada em imagens de satélite. Esse empreendimento foi apelidado de 'boiwagen'.

Depois, veio a Atlântica-Boa Vista. Tive ocasião de fazer uma pesquisa para um escritório particular de planejamento no Acre Central, no Vale do Envira, um subafluente do Juruá. Era um seringal antigo, chamado Califórnia. (...) Tinham título legítimo de 300 hectares e se apropriaram de 356.000 hectares. A esse 'fenômeno' eu chamo de 'hectares elásticos'. Dizem que os seringais antigos eram de dimensões gigantescas."

Em Rondônia não é diferente dos exemplos citados. A usurpação dessas áreas de posse através de expulsões e despejos constitui-se numa regra. A incompetência da ação fundiária oficial dificulta a consolidação de posse efetiva ao recusar o pronto reconhecimento dos direitos inerentes aos posseiros. O não reconhecimento jurídico das posses coloca estes pequenos agricultores à margem dos dispositivos legais e sem a mínima proteção. Por conseguinte, são forçados a ficar à margem das vantagens creditícias por ventura propiciadas pelo BASA, Banco do Brasil e Bancos Estaduais; e também à margem da ação fundiária oficial. Este múltiplo desamparo deixa-os ao desabrigo legal, exposto à truculência dos grileiros-latifundiários interessados em ampliar seus vastos territórios.

No Estado de Rondônia em 1950, o cadastro de terras identificou cerca de 500 propriedades, ocupando uma área conjunta de aproximadamente 700.000 ha. Por volta de 1970, o cadastro aumentou para quase 7.000 propriedades e 1.6 milhão de ha. Na década de oitenta, o número de propriedades aumentou abruptamente para cerca de 50.000 em 1980, e 481.000 em 1985, representando uma área total ocupada de aproximadamente 6 milhões de ha. O restante das áreas do Estado (cerca de 17,5 milhões de ha) inclui terras públicas, florestas, reservas ecológicas ou indígenas; áreas reservadas para planos de futuras colonizações e terras ocupadas precariamente por pequeno número de agricultores sem títulos oficiais/legais reconhecidos ou direito sobre a terra. (Planaflo, 1992).

TABELA

DISCRIMINAÇÃO/DESTINAÇÃO DE TERRAS EM RONDÔNIA

OCUPAÇÃO	Ha
ÁREAS URBANAS	117.011
ÁREAS INDÍGENAS (FUNAI)	4.524.142
ÁREAS PRESERVADAS (IBAMA)	1.907.637
ÁREAS DO M. DO EXÉRCITO	578.000
ÁREAS DO M. DA AERONÁUTICA	6.420
ÁREAS DO GOVERNO DO ESTADO	31.100
ÁREAS DO PIC's & PAD's	3.344.500
ÁREAS DOS PA's	334.927
ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA	439.329
ÁREAS CONCOR. PÚBLICA	1.527.265
ÁREAS DE PAR	667.439
283 TÍTULOS DO AM. & MT.	2.735.578
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – PF's	4.581.879
TERRAS DEVOLUTAS DA UNIÃO	1.509.523
TOTAL	23.851.280

Uma verificação mais atenta do processo de colonização agrícola constata que, do ponto de vista da estrutura fundiária, a migração e a conseqüente implantação dos respectivos projetos de assentamento efetivamente resultou num fato muito importante, segundo AMARAL (1994: 102):

“mudou o perfil de apropriação e ocupação do meio rural, havendo uma minifundização da propriedade e da posse da terra. O latifúndio e a pequena propriedade passaram a coexistir. Contudo é significativo que da segunda metade da década passada para cá vem ocorrendo uma reconcentração fundiária. Este fenômeno é “detectado em todos os projetos de colonização.”

Esta situação requer a atuação emergencial por parte do governo para reverter a concentração fundiária de caráter puramente especulativo, pois, atrás dessa prática, está embutido uma forte pressão sobre as unidades de conservação e mais especialmente das reservas indígenas. Isto porque os pequenos produtores, ao serem expropriados, vêem essas áreas como uma esperança de um reencontro com a terra perdida, já que os órgãos governamentais têm-se mostrado frágeis no papel de fiscalização e proibição de penetração e exploração dessas áreas.

Um fato que chamou a atenção, em pesquisa de campo no ano de 1996 e 1997, foi o registro de posse dos lotes, dentro de alguns projetos de assentamento, por empresas privadas, uma vez que estas são proibidas, por lei, de obterem o título de propriedade de lotes destinados à reforma agrária, como é o caso de irregularidades desta ordem encontradas no PA Rio Jamari e no PA Rio Preto do Candeias.

A partir de observações e conversas com os colonos, percebeu-se que, em geral, onde o INCRA implantou esses projetos de assentamento, a terra é pobre, habitada por gente pobre. Segundo os colonos, o solo não correspondeu às suas expectativas, e como resultado suas colheitas não saíram como o esperado.

“Aprender a viver na Amazônia é difícil”; esta frase foi ouvida de um assentado do PA Bom Princípio, e de certo modo resume com muita propriedade a realidade de muitas famílias assentadas, vindas de lugares distantes, enfrentando aqui uma realidade completamente diferente daquela que conheciam, e passando a conviver com uma floresta exuberante, rica, mas sustentada por um solo extremamente pobre para a prática agrícola. A relação dos colonos com a floresta é conflitiva, e as doenças, como a malária, leishmaniose e lepra, se encarregam de disseminar entre as famílias a tristeza e a desesperança de vida, fato reforçado por todos os outros problemas enfrentados.

Com certeza, a reconcentração da terra foi o aspecto que mais chamou nossa atenção, uma vez que percebemos a reconcentração da terra, quebrando sua finalidade social. Há casos de uma única pessoa com mais de oitenta lotes em um mesmo projeto de assentamento, e casos com cinquenta, quarenta e trinta lotes são bastante comuns. Casos com vinte lotes são corriqueiros no Projeto Machadinho e no Projeto Rio Jamari. Tal fato, com certeza, é de conhecimento dos técnicos do INCRA que não tomam nenhuma atitude.

Por conseguinte, é desta maneira que, passando pelo processo de desapropriação, pelo esforço de efetivamente conseguir ser um assentado e pelo trabalho hercúleo no trato da terra, o processo se fecha novamente na reconcentração, graças à falta de estradas, de assistência técnica e de serviços e equipamentos públicos que possam garantir alguma facilidade ao homem assentado. Os novos latifundiários são os mesmos espertos de sempre: políticos, advogados, industriais, funcionários públicos federais ou não, donos de madeireiras etc. Não se deve pensar que são os colonos que adquirem os lotes vizinhos, pois é muito difícil a tarefa de formar um único lote, desde a derrubada da floresta até a colheita dos produtos, principalmente com as condições adversas de trabalho a que são submetidos nos projetos de assentamento. Só a título de exemplo, no Projeto de Assentamento Dirigido Burareiro, o proprietário de distribuidora de bebida, do município de Ariquemes, tem vinte e sete lotes com 1000 metros de frente e 2.500 metros de fundo cada um, transformados em pastagens. No Projeto de Assentamento Machadinho, certo político local possui trinta e seis lotes.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, J. J. O. Terra **Virgem Terra Prostituta: o processo de** colonização agrícola em Rondônia. São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/DG/USP, 1994.
- AMARAL, J. J. O. **Colonização e natureza: políticas de gestão territorial em Rondônia.** São Paulo, Relatório de Qualificação, FFLCH/DG/USP, 1997.
- BECKER, B.K. **Geopolítica da Amazônia: A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- CEMIN, A.B. **Colonização e Natureza: Análise da Relação Social do Homem com a Natureza na Colonização Agrícola em Rondônia.** Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1992.
- MARTINS, J.S. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.
- MARTINS, J.S. **A Militarização da Questão Agrária.** Petrópolis, Vozes, 1985.
- NUNES, D.D. **Gestão Ambiental em Rondônia: políticas públicas em unidade de conservação - o caso Cuniã.** São Paulo, Dissertação de Mestrado, FFLCH/DG/USP, 1996.
- PLANAFLORO, **Relatório 8073,** Porto Velho, Planaflo, 1992
- VALVERDE, O., Ecologia e Impactos dos Grandes Projetos. In.: **A Amazônia Brasileira em Foco.** Rio de Janeiro. CNDDA, (19): 136-144, 1993.

***José Januário Amaral.** Professor Assistente do Deptº. de Geografia da UFRO, Pesquisador associado do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental e doutorando em Geografia Humana pelo Deptº de Geografia da FFLCH/USP

****Dorisvalder Dias Nunes.** Professor do Deptº. de Geografia da UFRO, Coordenador do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental / Mestre em Geografia Física pela USP.

*****Valdemir Miotelo.** Professor Assistente do Departamento de Filosofia/Sociologia da UFRO e doutorando em Linguística pela UNICAMP

CONCORDÂNCIA NOMINAL: REDAÇÕES DE VESTIBULAR NA UFRO

Maria Isabel de Moura *
Valdemir Miotello **

RESUMO: Os gerativistas colocam essa relação, como sendo a relação entre a gramaticalidade e a comunicabilidade. E esta parece ser a relação entre a língua e a linguagem. Na mente dos falantes há uma gramática natural, que existe em plenitude, e que lacunosamente e cheia de falhas é transformada em livro gramatical. Desse modo, na fala se encontram alguns fenômenos que não atendem ao indicado pelas gramáticas.

PALAVRAS – CHAVE: Comunicabilidade, Fenômenos, Gramática e Relação.

ABSTRACT: The gerativistas put this relationship, as the relationship between gramaticalidade and communicability. And this seems to be the relationship between language and the language. In the minds of speakers there is a natural grammar, which exists in fullness, and that lacunosamente and full of faults is transformed into grammar book. Thus, in speech are some phenomena that do not meet the indicated by the grammars.

KEYWORD: Communicability, Phenomena, Grammar and relationship.

1. É certo que há diferenças entre a fala e a escrita. Os gerativistas colocam essa relação, como sendo a relação entre a gramaticalidade e a comunicabilidade. E esta parece ser a relação entre a língua e a linguagem. Para eles, os falantes não podem apresentar deficiências na teoria natural, ou então não falariam. Na mente dos falantes há uma gramática natural, que existe em plenitude, e que lacunosamente e cheia de falhas é transformada em livro gramatical. Desse modo, na fala se encontram alguns fenômenos que não atendem ao indicado pelas gramáticas. Tal pode ser o caso da concordância nominal nos **Sintagmas Nominais (SN)**.

2. Os gramáticos tradicionais definem concordância como "o ajustamento de desinências entre termos subordinados e termos subordinantes da oração" (Melo, 1976:221), ou "a que se faz do adjetivo - atributivo ou predicativo - com o substantivo a que se refere... a concordância nominal se estende também com o artigo, os possessivos, os demonstrativos, os indefinidos, que tudo são determinantes do nome substantivo" (idem: 222). Também definem concordância como "princípio segundo o qual, certos termos (dependentes, determinantes) se adaptam, na forma, às categorias gramaticais de outros (principais

determinados)... o adjetivo (nome ou pronome) concorda com o substantivo que ele qualifica ou determina - em gênero e número" (Luft, 1981:21). Em Terra (1990: 265) encontramos o que ele chama de regra geral: "o artigo, o numeral, o adjetivo e o pronome adjetivo concordam em gênero e número com o nome a que se referem". Assim, o que se pode afirmar é que a marca plural, para os gramáticos tradicionais, deve ocorrer sempre e em todos os elementos de um SN.

3. Os dialetologistas (gramática contrastiva) também se detêm sobre este fenômeno, e registram a concordância nominal em falantes do português, e percebem que há variantes, dependendo do falante e dos termos em relação no sintagma. Os falantes sem escolarização, por exemplo, e os da área rural tendem a marcar o plural em SN apenas pelos pronomes, adjuntos ou numerais que precedem o substantivo (Marroquim, 1945:111, Monteiro, 1933:63 e Nascentes, 1953:8 1). Amadeu Amaral (1920:29/52) vai mais longe à questão, e liga a ausência de concordância a um fenômeno fonético geral, onde o /s/ final está em queda. O levantamento poderia ser mais detalhado, mas a conclusão seria a mesma: a marca de número no SN normalmente só é encontrada em seu primeiro elemento na fala do português do Brasil, por razões sociais e nível de escolarização (Scherre, 1978:26).

4. Diante destas duas posições opostas, com regra categórica e absoluta para os gramáticos normativos, e de forma categórica e no primeiro determinante para os dialetologistas, decidimos pesquisar em Rondônia a realização da regra de concordância nominal de número - inserção da marca plural - no desempenho lingüístico escrito, e estabelecemos como fonte, as redações do vestibular da UFRO do ano de 1992.

5. Como o volume de redações era enorme, estabelecemos um corte em apenas 5% do total, e trabalhamos então com 181 (cento e oitenta e uma) redações. Nestas, encontramos 1.623 ocorrências de SNs que continham marcas de concordância. Desse total, 98,5% das ocorrências faziam o plural da forma indicada pelos gramáticos normativos, e apenas 24 ocorrências (1,5%) apresentavam alguma variação na marca plural. Com estes dados, apenas uma - conclusão nos pareceu válida: a de que a escola consegue firmar na escrita de quem frequentou o Primeiro e o Segundo Grau a marca da concordância nominal de número.

6. Não satisfeitos com os dados, pois não seriam suficientes para detectarmos as possíveis variáveis e seus fatores, fizemos um novo corte no corpus, ampliando, para trabalhar com 20% do total, ou seja, 512 redações. Mas modificamos a coleta, uma vez que só coletamos dados daquelas redações que apresentassem ao menos um SN sem alguma das marcas formais de concordância plural. Assim, das 512 redações, 71 apresentavam-se desse modo, e, desse grupo, coletamos 416 dados, sendo 331 ocorrências com todas as marcas formais de concordância nominal de número em todas as posições, e apenas 85 ocorrências sem todas as marcas de plural. Tendo trabalhado estes dados no VARBRUL, que é um pacote estatístico idealizado por Susan Pintzuk para análise em computador de fenômenos variáveis, não se

apresentou nenhum grupo de fatores significante.

7. Fizemos então uma terceira aproximação nos dados, desta feita trabalhando apenas com as 85 ocorrências que apresentavam SNs sem todas as marcas de plural, retiradas das 71 redações. Estabelecemos a seguir grupos de fatores para analisar este material. O primeiro grupo se referia à terminação das palavras no singular, divididas em fatores: a) palavras terminadas em /L/ (prejudicial mundial); b) terminadas em /O, A, E, U, T/ (progresso, floresta, rude, europeu, habitat); c) terminadas em /R,Z/ (azar, vez); d) terminadas em /ÃO,M/(divisão, virgem). Como segundos grupos de fatores analisamos a posição do termo sem realização de flexão plural no SN, do primeiro ao quinto termo. O terceiro grupo de fatores visava analisar o processo de formação do plural em dois grupos: a) processo com mudança morfofonêmica; b) processo sem mudança morfofonêmica. O quarto grupo de fatores analisava o gênero da palavra sem flexão (masculino, feminino, epiceno, sobrecomum, comum de dois ou adjetivo uniforme). O quinto grupo determinava que palavra apresentava-se sem flexão (substantivo, adjetivo, artigo, pronome ou outra) e o último grupo revelava a composição gramatical dos elementos do SN (artigo + nome, Artigo + nome + adjetivo, etc.), e visava detectar se a ordem dos termos do SN influenciava de alguma forma a não realização da concordância de número.

8. Num esforço de destacar só o que pareceu interessante na análise ,tiremos que a classe gramatical das palavras sem flexão que mais apareceu foi o artigo com 38 casos, seguido pelo adjetivo com 34 casos. Isso poderia nos parecer que a ausência de flexão plural se daria mais na primeira posição do SN, mas não é verdade. A segunda posição do SN ficou sem flexão em 31 ocorrências, enquanto que a primeira em apenas 21 vezes. Os estudos de Scherre e outros mostram que a primeira posição, na fala, é preferencialmente marcada, mas nossos dados não confirmam isso. Dizem também que o último termo do SN traz preferencialmente a ausência da marca, e nossos dados também não confirmam isso. Além disso, a composição do SN que mais influencia a ausência de marca plural é a de substantivo e artigo, quando o artigo já vem com a marca plural ou esta está no substantivo. Isso provavelmente confirma o que os lingüistas vêm afirmando com todas as letras: marcar todas as posições do SN é redundância; basta marcar uma posição.

9. Um grupo de fatores que nos chamou a atenção foi o do grau de saliência fônica na formação do plural. Apenas 11 ocorrências se apresentaram sem flexão em palavras que requeriam mudanças morfofonêmicas, enquanto 74 casos sem flexão foram de palavras que fazem o plural sem mudança morfofonêmica, tidas como "palavras fáceis". Como explicar? Poderíamos pensar que palavras do primeiro grupo teriam sido evitadas dada a dificuldade de pluralizá-las, ou também que, por seu grau de dificuldade, tenham fixado mais fielmente esta formação. Quanto ao volume de ausências de marcas de plural no segundo grupo poderíamos atribuir a fato usual ou até o descuido, pois que normalmente ocorriam em redações onde se

encontravam outras seis ou sete ocorrências de SN totalmente flexionadas no plural. Há casos, é verdade, em que, na mesma redação, foram flagrados três ou quatro casos sem flexão, mas isso somente em cinco redações. Exemplo disso é uma redação que apresenta estes casos: /... retribuir com muita chances de sobreviver/; /Traz muita coisas agradáveis e desagradáveis/; /...Trouxe muita chances de vida/. Note-se que ele pluralizou /chances, coisas, agradáveis, desagradáveis/, e, no entanto /muita/ ficou invariável nos três casos. Será que o sentido de muita, como muita coisa, pareceria a este vestibulando que esta palavra fosse invariável, ou satisfizesse já o plural? Outro grupo que nos chamou a atenção foi o dos adjetivos terminados em /L/. Vejamos alguns casos em redações diferentes: /...progresso atinge proporções mundial/; /...só que as autoridades mundial/; /...trazendo benefícios total ou parcial/; /...com as invenções prejudicial/. Fica parecendo que estas pessoas tomam palavras terminadas em /L/ como invariáveis. Estas duas ocorrências em uma mesma redação parece confirmarem isso: /Uma das coisas mais violentas/; /Uma das coisas mais cruel/. Veja que /violentas/ traz a marca do plural, enquanto que /cruel/ foi tomada como invariável. Outro caso que merece exame é a repetição cometida em uma mesma redação, onde aparece em dois momentos: /seu trabalho mais árduos/. Será que nesse caso o advérbio /mais/ pareceu a ele ser plural, de modo que ele devesse pluralizar /árduos/? Nesse caso poderíamos pensar em hiper-correção. Isso apareceu algumas vezes, como em: /...pessoas com pensamentos bastantes diferentes/.

10. O que é possível concluir dessa pesquisa? Primeiro, concluir que, de verdade, esta é uma das marcas que a escola mais consegue fixar na escrita, com 98,5% dos casos com marcas totais de pluralização nos SNs.. Se esta marca não é tão forte na fala, como revelam pesquisas variacionistas, logo seu crédito na escrita deve ser dado à escola. Aí se abrem dois caminhos: o primeiro seria dar seqüência a pesquisas da linguagem escrita em distintas séries escolares, para se perceber a partir de quando esta marca já está fixada, e o segundo seria repetir a pesquisa com universitários, a partir de novas redações identificadas, no sentido de poder sabatar os que deixaram de marcar algum termo e perceber se foi descuido ou se é usual, indicando variação. Outra conclusão é a de que a presença da marca plural nos SNs escritos não se dá preferencialmente no primeiro termo, como na fala, mas não há uma certeza em qual termo ele vai aparecer ou não. Outra conclusão é que não é certo que o grau de saliência fônica seja responsável pela ausência de pluralização em SNs plurais, uma vez que as palavras que formam o plural sem mudanças morfofonêmicas, e, portanto, aparentemente mais fáceis de pluralizar, foram as que ocorreram sem pluralização em maior número. Finalmente, lamentamos não termos podido trabalhar com grupos de fatores extralingüísticos no nosso corpus, por falta destes dados, mas apenas dizemos que as redações devem ter sido produzidas em clima de tensão, com forte cobrança de sucesso, e, provavelmente, com muita atenção e extremo cuidado, e isso, com certeza, influenciam na produção da escrita.

BIBLIOGRAFIA:

- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Brasília, MEC/FENAME, 1972.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade - O gigolô das palavras - por uma nova concepção da língua materna**. Porto Alegre, 6 ed., L&PM, 1985.
- LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. Porto Alegre, 4ª ed., Globo, 1981.
- MARROQUIM, Mário. **A língua no nordeste - Alagoas e Pernambuco**. 2ª ed., Editora Nacional, 1945.
- MELO, Gladstone Chaves de. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. São Paulo, Ao Livro Técnico SIA, 1967.
- MOLLICA, Maria Cecília (org.). **Introdução à sociolinguística variacionista**. RJ, UFRJ, 1992.
- NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro, 2 ed., Organizações Simões, 1953.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **A regra de concordância de número no sintagma nominal em português**. RJ., Dissertação de Mestrado, PUC, 1978.
- TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. SP., Ed. Scipione, 1991.

Valdemir Miotello

* **Maria Isabel de Moura**. Professora do Departamento de Letras/UFRO

* * **Valdemir Miotello**. Professor do Departamento de Filosofia/Sociologia/UFRO
Doutorandos em Linguística pela UNICAMP.

REVISTA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE- Jun.-Nº 12, Vol II, 1998.
**MIGRAÇÕES NORDESTINAS PARA A
AMAZÔNIA**

Maria das Graças Nascimento*

RESUMO: Traçamos neste artigo, considerações sobre as correntes migratórias para Amazônia, em especial a que foi chamada de "Batalha da Borracha" criada pelo governo Vargas em 1943, que tinha como objetivo recrutar homens de todas as regiões para o corte da seringa. Migrantes que, na maioria, vieram da região Nordeste, sem, todavia, terem migrado em consequência das secas, pois muitos deles trabalhavam nas cidades já exercendo alguma profissão, não tendo nenhuma ligação com a terra.

PALAVRAS – CHAVE: Borracha, Cidade, Secas, Migrantes e Seringa.

ABSTRACT: We outline in this article, migratory flows considerations for Amazon, in particular that was called "Battle of Rubber" created by Government Vargas in 1943, which had as its goal to recruit men from all regions for the cutting of the syringe. Migrants, most of which came from the Northeast region, without, however, have migrated as a result of droughts, because many of them worked in cities already exerting some profession, having no connection with the Earth.

KEYWORDS: Rubber, Citie, droughts, Migrants and Syringe.

Traçamos neste artigo, considerações sobre as correntes migratórias para Amazônia, em especial a que foi chamada de "Batalha da Borracha" criada pelo governo Vargas em 1943, que tinha como objetivo recrutar homens de todas as regiões para o corte da seringa. Migrantes que, na maioria, vieram da região Nordeste, sem, todavia, terem migrado em consequência das secas, pois muitos deles trabalhavam nas cidades já exercendo alguma profissão, não tendo nenhuma ligação com a terra.

O povoamento de Rondônia ⁽¹⁾ tem início no final do Século XVII. Além das comunidades indígenas encontravam-se também na região algumas missões de Jesuítas com distribuição espacial irregular. Até o Século XVIII só há registro da passagem dos bandeirantes à procura de ouro bem como das "drogas do sertão" (As chamadas "Drogas do Sertão" eram: castanhas, corantes, ervas, peles, produtos medicinais, animais vivos e plantas), através do Vale do Rio

Guaporé.

Não consideramos que estas pessoas que se encontravam nessa área no final do século XVII, tenham vindo de um processo migratório e sim de deslocamentos isolados e com objetivos específicos. Segundo SOUZA (1978), há migração quando grupos envolvidos no processo migratório fixam residência em outro município diferente daquele de nascimento. Ainda SOUZA, (op. cit. 48):

Migração interna é um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país que provocam o deslocamento de grupos sociais, pertencentes às diversas classes sociais, os quais, por motivos diversos, deixam o seu município de origem e vão fixar residência noutra.

Partindo deste princípio, discutiremos duas correntes migratórias para Amazônia, que ocorreram em dois momentos da nossa história e que vão ter fortes influências na produção do espaço desta região: a primeira refere-se à nordestinos que migraram no final do século XIX, e que tinha como principal característica ser uma migração familiar e sertaneja. A segunda analisada será a que ocorreu no período de 1943 a 1945 motivada pela "Batalha da Borracha".

A PRIMEIRA CORRENTE MIGRATÓRIA: As migrações nordestinas para Amazônia sempre estiveram ligadas às questões de conflitos no campo, coincidindo com os períodos de seca, e os pequenos agricultores são os que primeiro sentem os efeitos da mesma. Além de serem a maioria da população rural sertaneja, eles não tinham alternativa a não ser migrar.

Boa parte da bibliografia existente sobre o tema enfatiza que os nordestinos, principalmente os sertanejos, migram para outras regiões ou até mesmo para a capital em função das secas que assolam o sertão do Nordeste. O fenômeno da seca é usado como fator de entendimento da migração, e, com isso, esconde-se a questão fundamental, que é a estrutura fundiária nordestina, que vem ao longo de todos esses anos propiciando a expulsão de milhares de pessoas para outras regiões do País.

Segundo MEDEIROS FILHO; SOUZA (1984), a migração em direção ao Norte deu seus primeiros passos na grande seca de 1877-1879. O surgimento do ciclo da borracha transformou-se em grande pólo de atração para as populações rurais do Nordeste. Migrar para a Amazônia nos anos de seca já se tornara constante na história nordestina, principalmente, no Estado do Ceará.

Formaram-se, então, as correntes migratórias para os Estados da Amazônia incentivadas pelo governo (SOUZA; 1978). Também alguns donos de seringais se deslocavam até o Nordeste, principalmente para o Ceará, com o objetivo de recrutar trabalhadores para os seringais, propagando serem elevadas as quantias pagas a eles que, ao desembarcarem em Manaus e Belém, eram logo levados para as zonas produtoras do látex.

No período de 1890 até 1910, o contingente de pessoas saídas para a Amazônia (SOUZA;

op. cit.), não teria sido inferior a meio milhão. Vale ressaltar que foi o trabalho destes migrantes que elevou a produção da borracha em 40% do total da exportação brasileira já em 1910.

O índice de migração foi tão alto neste período que preocupou os grandes proprietários nordestinos de terras, pois deixava desfalcado de mão-de-obra o meio rural do Nordeste.

Já na seca de 1904, o Brasil estava no auge de dois momentos econômicos: o da borracha na Amazônia, e o do café no Centro-Sul, havendo inclusive incentivo do governo em forma de passagens gratuitas para que os migrantes pudessem se deslocar para essas regiões. Mesmo aqueles que não queriam sair do nordeste eram compelidos, pois o governo utilizava-se da força policial para obrigá-los a migrar (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1984:59):

A dramaticidade destes embarques ficou gravada na memória do povo (...). Houve casos de embarques realizados à força em que o marido foi para o Norte e a mulher foi para o Sul.

A SEGUNDA CORRENTE MIGRATÓRIA: Em decorrência do envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial em 1942, o governo brasileiro forneceu contingentes militares para as frentes de combate e firmou convênio com a **Rubber Reserve Company**, assinando também os chamados *Acordos de Washington*, objetivando desenvolver a produção da borracha na Amazônia. Nestes Acordos ficavam estabelecidos os seguintes compromissos:

I- O Brasil concordava em vender a **Rubber Reserve Company** toda a borracha excedente às necessidades do consumo interno;

II- O preço teto fixado para a borracha era de 39 contos por libra para a qualidade fino-lavada (borracha de melhor qualidade, sem impurezas);

III- A **Rubber Reserve Company** concedia um prêmio de 2,5 contos, por libra-peso, para toda a borracha exportada que excedesse a 5.000 toneladas; ultrapassando este limite, o prêmio seria elevado para 5 contos por libra-peso;

IV- O produto destes prêmios seria aplicado, conjuntamente com o crédito de cinco milhões de dólares concedido ao Brasil, no imediato desenvolvimento da produção, considerando-se não somente a melhoria de sua qualidade, como as condições gerais da região e do trabalhador, através de um plano de sistematização;

V- O Brasil tudo faria para aumentar a produção e, tendo em vista as necessidades dos Estados Unidos, venderia também a produção de borracha manufaturada excedente ao consumo interno;

VI- O Brasil designaria uma única agência de compra e venda para adquirir no interior e colocar no exterior e nas fábricas nacionais toda a produção de borracha;

VII- Os Acordos tinham a duração de cinco anos, com direito a reajustamento periódico de preços durante os três últimos anos, levando-se em consideração as circunstâncias que, porventura, viessem a afetar o custo da produção.

Em decorrência da ocupação japonesa nos seringais da Malásia, os países aliados, impossibilitados de se abastecerem dessa matéria-prima no Oriente, voltam-se para a Amazônia, vendo nela a solução da crise, tendo em vista que a região constituía-se ainda no maior reservatório de seringueiras nativas, podendo, desta forma, mediante o fomento da produção, ressurgir como fonte abastecedora.

Em 1942, ano de grande seca no Nordeste, contingentes significativos de retirantes chegaram à Amazônia. Como consequência dessa migração, estimava-se que o número de seringueiros chegava a 34.000, com produção média anual de 16.000 toneladas de borracha. Para aumentar a produção anual para 45 mil toneladas em 1942, 60 mil em 1943 e 100 mil em 1944, como era o desejo dos estadunidenses, seria necessário, pelo menos, quintuplicar o número de extratores, (MARTINELLO; 1985), e por isso o governo brasileiro criou a "batalha da borracha".

Para a viabilização desses milhares de extratores que seriam convocados para a "batalha", foram criados pelos governos brasileiros e estadunidenses, vários órgãos e instituições que se encarregariam do financiamento, recrutamento, transporte, alojamento, assistência médica e sanitária e alimentação para os que lutariam nessa batalha. Para MARTINELLO (op. cit.), as pessoas que estavam à frente destes órgãos e instituições nem sempre cumpriam satisfatoriamente as atividades, e muitas contribuíam para o insucesso da "batalha da borracha". Entre as instituições que foram criadas destacamos:

-Banco de Crédito da Borracha - BCB, encarregado de realizar operação de crédito, fomentar a produção, financiar a empresa extrativista, bem como exercer o monopólio final da compra e venda da borracha, tanto interna como externa, criado através do Decreto-lei nº4.841, de 17 de outubro de 1942;

-Departamento Nacional de Imigração - DNI tinha como finalidade recrutar e encaminhar trabalhadores para a Amazônia, como também fiscalizar outros órgãos envolvidos na mobilização;

-Comissão de Controle dos Acordos de Washington - CCAW, coordenando e auxiliando as atividades de grupos brasileiros e estadunidenses que atuavam na operacionalização da "batalha da borracha", criada através do Decreto-lei nº4.523, de 25 de julho de 1942;

-Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico - SAVA, tendo como finalidade abastecer com gêneros alimentícios o Vale Amazônico, e ainda coordenar as medidas a serem tomadas com os Estados da região visando o abastecimento e incremento da produção de alimentos, providenciando a aquisição das mercadorias, dentro e fora do país, e seu transporte para a Amazônia, formando estoques, criada através do Decreto-lei nº5.044, de 04 de dezembro de 1942;

-Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, depois substituído pela **Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia** - CAETA, cujo objetivo era recrutar, encaminhar e colocar

trabalhadores nos seringais, transportando-os até Belém;

-**Serviço Especial de Saúde Pública** - SESP, encarregado de prestar assistência médica e sanitária aos "soldados da borracha";

-**Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará** - SNAPP, encarregado de transportar os "soldados da borracha" dos portos de Belém para Manaus, Porto Velho e Acre.

A partir de 1942 algumas entidades estadunidenses vinham trabalhando em conjunto com entidades brasileiras no sentido de prover o aumento da mão-de-obra necessária às novas exigências do aumento da produção para a indústria bélica aliada, importando inclusive mão-de-obra de outros países como Porto Rico. O governo brasileiro, no entanto, recusou esta proposta, optando por transladar a mão-de-obra necessária de outras regiões do País.

Coincidindo com esta necessidade premente de nova e abundante força de trabalho para a região, a seca nordestina de 1942 veio reunir cerca de 20 a 30 mil flagelados em Fortaleza, ensejando mão-de-obra farta para os seringais (MARTINELLO; 1985). Essa primeira fase envolvia o **Departamento Nacional de Imigração** (DNI) e a **Rubber Development Corporation** (RDC), conseguindo trazer para Amazônia cerca de 15.000 pessoas no ano de 1942 e início de 1943.

Este contingente de flagelados nordestinos era constituído de sertanejos vindos do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, homens que deslocavam-se com as famílias para a capital, no intuito de emigrar. Era uma migração familiar e que voluntariamente se destinou ao corte da seringa; são os chamados "seringueiros voluntários".

Nesta etapa, após a criação da "batalha da borracha", em 1943, entra em ação, com o objetivo de selecionar, transportar e localizar os trabalhadores nos seringais da Amazônia, o SEMTA, visto que o empenho do DNI não era suficiente para agilizar o novo surto da borracha. Pelas precariedades de recursos materiais disponíveis para transporte e alojamento, era quase impossível naquele momento recrutar milhares de pessoas, como queriam os altos escalões do governo estadunidense. O SEMTA tinha como meta recrutar e transportar para Amazônia mais de 50.000 trabalhadores solteiros. Os esforços para atraí-los estavam estampados nas propagandas não só no Nordeste, mas também em outras regiões, com promessas de auxílios aos familiares que iriam ficar nos lugares de origem.

Mas no ano de 1943 sabia-se da situação de penúria que se encontravam os dependentes dos "soldados da borracha" recrutados pelo SEMTA. Por isso, e por acordos que não foram cumpridos entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, esse serviço teria pouco meses de existência.

Esse segundo momento migratório promovido pelo SEMTA se diferencia do primeiro, promovido pelo DNI e RDC, que tinham como motivação a seca, e foram migrações espontâneas e familiares. Este segundo, por sua vez, acena com vantagens diversas,

como veremos a seguir, contemplando o deslocamento de pessoas dos diversos pontos do País, inclusive dos centros urbanos, como mostra MARTINELLO (1985):

Enquanto o primeiro movimento migratório havia sido organizado, de início, à maneira tradicional com os sertanejos (...) este novo contingente ampliou-se e "enriqueceu-se" com outros elementos regionais desconhecidos e estranhos ao próprio meio e à história econômica e demográfica da Amazônia, cariocas do morro e da cidade, fluminenses de Niterói e do interior do Rio, capixabas de Vitória do Espírito Santo, baianos de Ilhéus e de Salvador, pernambucanos de Recife, mineiros da capital e das serras. De todas as classes, cores, profissões e idades. Ferreiros, carpinteiros, engraxates, choferes de caminhão, operários de fábricas e usinas, cansados das máquinas e seduzidos pela oportunidade de conhecer, à custa do governo, terras e paisagens distantes; trabalhadores braçais e agricultores, cujo sedentarismo não podia vencer a emoção psicológica da aventura há muito recalcada e comprimida, eis a grande "arca de Noé" que formava esta segunda leva de "soldados da borracha".

Neste momento da migração o SEMTA encaminhou para Amazônia apenas homens solteiros, (mais ou menos 11.000) que foram arrebanhados de outras regiões do País, inclusive de cadeias públicas, principalmente influenciadas pelas propagandas. Destes, apenas novecentos foram colocados nos seringais, e os demais ficaram em Belém e em Manaus. Conforme entrevistas e revisão bibliográfica que realizamos, estes migrantes viviam promovendo "arruaças e bagunças", dando má fama à imagem do migrante nordestino, pois a partir destes eventos todos os "soldados da borracha" passaram a causar medo nos moradores das cidades como ilustra as citações abaixo:

Quando na segunda migração do encaminhamento do SEMTA, que é o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia, foi um órgão criado durante a guerra em 42. Esses encaminharam só pessoas solteiras, onze mil solteiros que foram arrebanhados do sul do país, eles vieram pra Belém e Manaus, eles fizeram a maior revolta do mundo dentro dos campos (...) Porque eles eram solteiros e viviam de arruaça. Eles gostavam mais de sair dos campos pra beber, pra farrear. (Entrevista com o Pesquisador Pedro Martinello- Rio Branco-Acre, 1995)

Enquanto isso, a outra corrente, a partir de 1943, viajando mais ao sabor da aventura, constituídos de brasileiros cosmopolitas e urbanizados, já sem vínculos regionais, desenraizados, sem afeição à sua "querência", viria criar sérios problemas de adaptação e integração ao novo ambiente, a partir de suas cheganças. A sua psicologia e intenção era mais de "chegar-ver-e-voltar-logo-que-possível". Já a da outra era "chegar-enricar-e-voltar-se-Deus-permitir". Na impossibilidade do regresso, essas novas levas de imigrantes, mal chegados, fugiam das hospedarias, e dos albergues de recepção (...). Muitos se marginalizavam logo, outros desafogavam o desespero no crime, na valentia e na cachaça (...). Ficavam amontoados e ociosos nos acampamentos à espera inquieta do verão que não chegava para o início do fábriço. (...) a atitude desse novo tipo de imigrante, mesmo aventureiro, preferia ficar na cidade ao léu, com seu uniforme típico de "soldado da borracha": calça de mescla, chapéu de palha virado, blusa larga de algodão, mochila às costas, alpercata de rabicho, barba grande, a peixeira à ilharga. Andavam aos bandos a procura de emprego, da birosca para comer sua gororoba, do boteco para beber e esquecer os mal-ditos, e das festas e dos arrastapés dos bairros pobres, onde iam à procura de diversão; não raro, transformavam-nas em cenas de bebedeiras, de valentia e de pega-para-capar, BENCHIMOL (1992:229).

O resultado desta "desordem" era o medo e o preconceito da população local. Os nordestinos recebiam a culpa pela ação praticada por todos os outros, fossem estes nordestinos ou não. Entretanto, poucos tinham conhecimento da situação de tensão que vivia os migrantes nos acampamentos, devido ao longo período de espera para serem levados aos seringais, uma vez

que muitos aguardavam seis meses ou mais. Isso porque os órgãos responsáveis em instalá-los não tinham agilidade nesta operação, porque o trabalho destes órgãos era interligado, e, se um deles não cumprisse com sua atividade, os demais ficavam prejudicados e era, normalmente, o que acontecia. Algumas vezes esses migrantes ficavam impossibilitados de locomoção devido às grandes estiagens que baixam consideravelmente o nível das águas de rios e igarapés, impedindo o transporte de embarcações de médio e grande calado, como era o caso das embarcações do SNAPP. Os seringalistas, por sua vez, preferiam não arcar com despesas para manter os seringueiros na sede sem destiná-los de imediato para as colocações. Outras vezes faltava alimentação para garantia dos mesmos nas zonas produtoras do látex, ou seja, a SAVA não tinha estoque de alimentos como previsto no contrato. Outro motivo que causava a longa espera nos acampamentos era o aguardo do início do período do "fábrico" (ciclo de corte do látex, que ocorre no período não chuvoso). Neste, a responsabilidade era do SEMTA e CAETA que não obedeciam ao calendário do corte da seringa e encaminhavam os trabalhadores em qualquer época, e a conseqüência eram as constantes revoltas nos acampamentos de Belém, Manaus e Porto Velho.

Em setembro de 1943 foi criado, pelo Decreto-Lei nº 5.813, a **Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia** - CAETA, substituindo as agências responsáveis pelo recrutamento da mão-de-obra para a Amazônia, sob a jurisdição da **Comissão de Controle dos Acordos de Washington** - CCAW. Esta adota uma política seletiva para o encaminhamento de trabalhadores para a empresa extrativista. A preferência passou a ser dada a nordestinos recrutados com a família nas áreas atingidas pela seca.

Entre 1943 e 1945, o SEMTA e a CAETA levaram, aproximadamente, cinquenta mil trabalhadores, a maioria deles motivada pelas propagandas que, por sinal, eram bem feitas e atraentes. Nelas o "leite" era farto, o preço era bom e, pelas garantias dos contratos, o "soldado da borracha" passaria apenas dois anos na Amazônia. Eram contratos assinados na agência de recrutamento, que por sua vez responsabilizava-se pelo deslocamento, assegurando passagens e todas as demais despesas do trajeto, com uma pequena remuneração. Destacamos aqui o Termo de Compromisso entre o SEMTA e o "Soldado da Borracha" recrutado:

Os benefícios concedidos e as obrigações assumidas pelo trabalhador são as seguintes:

a) O DNI fornecerá gratuitamente ao trabalhador:

- 1- Meios de transporte para ele e para seu equipamento de viagem, dos pontos de recrutamento e concentração aos de locação nos seringais;**
- 2- Alojamento nas hospedarias durante a viagem;**
- 3- Assistência médica e sanitária nos locais indicados no item 2;**
- 4- Equipamento de viagem, que ficará sendo de propriedade do trabalhador, composto de vestuário: duas calças e um blusão, um par de alpercatas ou equivalente, uma rede, uma mochila, uma caneca, um prato fundo e talher;**

Novo vestuário se, decorridos três meses do fornecimento do equipamento inicial, não estiver ainda o trabalhador colocado no seringal

6- Alimentação adequada, durante a vigência deste termo de compromisso.

b) O DNI, a título de auxílio, efetuará os seguintes pagamentos ao trabalhador: R\$ 20\$ (vinte contos de réis) quando assinar o presente contrato, R\$ 20\$ (vinte contos de réis) quando chegar a Belém e R\$ 200 \$ (duzentos contos de réis) na ocasião da assinatura do contrato de Trabalho

c) O DNI proporcionará, ao trabalhador e sua família, a necessária e indispensável assistência religiosa;

d) O trabalhador, durante a vigência deste termo de compromisso, se obriga a prestar, a critério da administração do DNI, qualquer trabalho previsto pela legislação trabalhista, recebendo o salário diário de 4 \$ (quatro contos de réis) sem prejuízo do auxílio constante da letra "b"

e) O trabalhador obriga-se a observar os regulamentos dos acampamentos e das companhias de navegação, quando embarcado;

f) Se por motivo relevante e justo, durante a vigência deste termo de compromisso, não convier ou não foi possível o aproveitamento do trabalhador, será ele conduzido para o ponto onde foi recrutado. Ficam ressalvados os casos de comprovada força maior e os decorrentes de justa causa para rescisão dos contratos de trabalho especificados no artigo 482, da Consolidação das Leis de Trabalho; e

g) Se o trabalhador, durante a vigência deste, solicitar peças do equipamento de que trata a letra "a", antes de decorridos três meses do fornecimento inicial, ou der lugar a prejuízos de qualquer natureza, fica acordado ser lícito o desconto das importâncias correspondentes aos causados, da quantia de 200\$ (duzentos contos de réis), referida na letra "b". *(Este Termo de Compromisso elaborado pelo SEMTA, consta do Dossiê elaborado pelo Ministério Público para efeito de aposentadoria dos Soldados da Borracha)*

O outro contrato era assinado, quando da chegada do trabalhador no seringal, com o próprio patrão, no qual eram assegurados direitos, constando inclusive a participação nos lucros da venda da borracha produzida.

A PROPAGANDA: Com a implantação da "Batalha da Borracha", a participação do governo federal foi ativa, e o próprio presidente Getúlio Vargas desencadeou vasta propaganda no sentido de sensibilizar a população brasileira para que se engajasse nesta "batalha" em "defesa da pátria ameaçada", como bem mostra a mensagem abaixo aos "soldados da borracha":

Seringueiros: Dediquei todas as energias à batalha da borracha. Precisamos de mais borracha, pois é sobre ela que se encontra a guerra moderna, pois são grandes os equipamentos que necessitam da goma elástica, produzidos sem repouso, colhendo o látex abundante das seringueiras do Vale Amazônico. Nas guerras modernas não fazem parte somente os soldados que estão nos campos de batalha, mas, toda a nação: homens e mulheres, velhos e crianças. A vós desbravadores da Amazônia sois os mais importantes soldados. Unidos veremos sibililar a bandeira do Brasil. (Jornal O Acre n. 742 de 20.05.43- Rio Branco-Acre.)

Apelos como este foram divulgados maciçamente no Nordeste. Levavam a crer que o governo, visando sanar problemas de carência de mão-de-obra nos seringais, considerava a região, que nos tempos áureos da produção da borracha amazônica tinha sido a fornecedora da força de trabalho que expandiu a produção da goma elástica, como "salvadora da pátria". O objetivo era atrair o maior número possível de extratores para ingressar na "Batalha da Borracha", invocando sentimentos patrióticos, com uma intensa propaganda massificada, convocando a população a se engajar no esforço de guerra em favor dos aliados. Era comuns apelos deste tipo saírem diariamente nos rádios e nos jornais.

Seringueiros! (...) o instante que atravessa a Pátria não deixa a nenhum filho do Brasil o direito de esquivar-se do cumprimento do dever. Os esforços de guerra que empreendemos para derrotar os soldados tiranos, e as batalhas que travamos nos campos, fábricas, mares, céus, escolas, lares, templos de fé e etc., estão a exigir de todos nós- soldados da liberdade - uma contribuição maior e melhor pela vitória do Brasil e dos aliados. Todas as nossas atenções e preocupações devem estar voltadas neste momento grave de nacionalidade para a voz de comando do chefe nacional Getúlio Vargas obedecendo com energia e boa vontade, afim de que mais tarde, vitoriosos, olhemos com orgulho o passado de cabeça erguida, entreguemos a nossos filhos e legado dos nossos maiores: A Pátria estremeçada, com sua história acrescida do nosso exercício e do amor ao Brasil." (Jornal - O Acre n. 742, 30.05.43, Rio Branco - Acre.)

Desta forma, mobilizou-se verdadeiro exército de extratores, como se fossem realmente soldados indo para os campos de batalha em defesa da pátria, procedendo-se o alistamento e até a concessão de uniformes para aqueles que seriam os soldados que lutariam nas selvas da Amazônia.

Além dos sentimentos patrióticos, outros subterfúgios foram usados. A propaganda enganosa apresentava a Amazônia como paraíso e eldorado, oferecendo grandes possibilidades de enriquecimento para aqueles que entrassem no "exército".

Nos postos de "aliciamento" eram colocados cartazes onde apareciam seringueiros em meio a uma vasta floresta de seringueiras colhendo látex em grandes tambores carregados por caminhões e jeeps, como se fossem seringais da Amazônia. Os migrantes não se davam conta de que isto era apenas mais um engodo para atraí-los, pois os cartazes retratavam não os seringais nativos, mas sim, os seringais cultivados da Malásia, ou seja, realidade bem diferente daquela que iriam enfrentar na Amazônia. Havia nos folhetos do SEMTA propagandas como esta:

O Brasil insultado na sua honra e compreendendo o dever de lutar pela liberdade do mundo, na guerra de vida ou morte que ora se trava (...). É a nossa própria dignidade que está em jogo (...). Mas não só pelas armas podemos e devemos concorrer para o triunfo completo da liberdade humana (...). Assim, tanto é soldado o que se alista no quartel, como o que se oferece para trabalhar nos seringais da Amazônia: um é o soldado da caverna, o aviador, o marinheiro; o outro é Soldado da Borracha, herói da Amazônia. Ambos estão em igualdade de condições perante a Pátria... (FERREIRA, 1991:02)

Os nordestinos optavam pela Amazônia, alistando-se no exército da borracha, pois acreditavam que correriam menos riscos de vida e ainda contavam com a possibilidade de enriquecimento, produzindo borracha no esforço de guerra para os aliados, para então retornarem a sua terra vitoriosos.

Segundo se apreende das entrevistas com os que vieram nessa época, a propaganda do governo para atrair jovens para a Amazônia era "enganadora", e isso foi descoberto somente quando já estavam nos seringais. Dizia-se nas propagandas, tanto em jornais como em pinturas feitas nos muros de cidades nordestinas, que a seringueira dava bastante frutos, do tamanho de uma "bola", e o trabalho do seringueiro seria apenas o de colher tais frutos e que custavam muito dinheiro, sendo, portanto, fácil ficar rico com essa atividade. Em outros casos aparecia a

seringueira com as folhas desenhadas como se fossem notas de dinheiro. É claro que as propagandas foram exercidas sem limites, sempre mostrando que os "Soldados" ficariam ricos com facilidade além de "servir a pátria". Todos esses engodos usados como atrativos, pelo governo e seus representantes, contribuíram para arrastar milhares de migrantes viajando em condições perigosas:

Embarquei no dia 14 de setembro de 1943 de São Luiz às dezoito horas com destino a Belém do Pará, cuja viagem foi um sofrimento, devido a guerra, tivemos que viajar em completa escuridão, pois nós não podia nem acender sequer um cigarro. O navio era acompanhado por um caça minas que rondava o navio constantemente (...) (Entrevista em março de 1992, na Vila de São Carlos-RO.)

A viagem era longa e cansativa, em navios superlotados, sem o mínimo conforto, onde viajavam mais de mil pessoas, homens, mulheres e crianças, gerando caos e tumulto num moderno navio negreiro. A alimentação era de péssima qualidade. Ao chegarem a Belém e a Manaus a situação piorava. Muitos chegavam doentes, outros adoeciam nas pousadas onde eram jogados. Segundo os depoimentos dos "soldados da borracha", eles eram "amontoados como animais, sofrendo fome e humilhações". Nas pousadas ficavam esperando dias ou meses até chegarem aos seringais. Neste "exército da borracha" morreram mais "soldados" do que no exército da Força Expedicionária Brasileira que lutava nos campos da Itália, para onde foram enviados nos período de junho de 1944 a fevereiro de 1945 um total de 25.334, pessoas. Destes, apenas 15.059 constituíam o grupo de artilharia e 10.265 era o pessoal de apoio como o grupo de depósito e das várias divisões dentro dos escalões. Segundo CABRAL (1982), este exército lutou durante 239 dias e retornou ao País. Fora os mortos e os que foram capturados como prisioneiros pelo inimigo, desembarcaram no total 23.811 pessoas.

Nas trincheiras da "Batalha da Borracha" milhares de "soldados" foram exterminados pelas doenças que os debilitava sem terem o mínimo de assistência, abandonados pelos "comandantes" no meio desta "batalha", vítimas do descaso do governo e seus representantes, além de lutarem praticamente a vida toda.

NOTA:

(1)- A Segunda Grande Guerra Mundial provocou a reativação dos seringais da Amazônia e propiciou a criação do Território de Guaporé, com o desmembramento de terra dos Estados do Amazonas e do Mato Grosso, através do Decreto-Lei nº. 5.812 de 13 de setembro de 1943, e que só teria o nome modificado em 1956, quando, numa homenagem aos trabalhos de Rondon, denomina-se, consoante Lei nº. 2.731 de 17 de novembro daquele ano, Rondônia. E somente através da Lei complementar nº. 041 de 22 de dezembro de 1981, Rondônia transformou-se em Estado.

BIBLIOGRAFIA

- BENCHIMOL, Samuel. **Romanceiro da Batalha da Borracha**. Manaus, Imprensa Oficial, 1992. CABRAL, Francisco Pinto. **Um Batalhão da FEB no Monte Castelo**. São Paulo, Tese, Mimeog., FFLCH/USP, 1982.
- FERREIRA, Jaime. **A Guerra da Borracha**. Porto Velho-RO, Ministério Público, 1991. Mimeog. Jornal **O Acre**, N° 742 de 30.05.1943 Rio Branco Acre.
- MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na II Guerra Mundial e suas Conseqüências para o Vale Amazônico**. São Paulo, Tese Mimeog., FFLCH/USP, 1985.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984. SILVA, Maria das Graças S.N. **Espaço Ribeirinho: Migrações Nordestinas para os Seringais da Amazônia**. São Paulo, Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 1996.
- SOUZA, Itamar. **Migrações Internas no Brasil**. São Paulo, Dissertação de Mestrado, Mimeog., FFLCH/USP, 1978.

***Maria das Graças Nascimento**. Mestra em Geografia Humana pela USP
Pesquisadora-Associada do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental,
Pesquisadora do Centro do Imaginário Social/UFRO.

GEOGRAFIA NO CURRÍCULO ESCOLAR BRASILEIRO (1837-1942)

Genylton Odilon Rêgo da Rocha*

RESUMO: O estudo analisa a história social da geografia escolar brasileira desde sua institucionalização no currículo prescrito oficialmente em 1837 para o "Imperial Collegio de Pedro II", até os anos quarenta do século XX, quando da exacerbação do papel de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, atribuído pelos detentores do poder de estado à essa disciplina. Ao discutir as transformações que historicamente sofreu esta disciplina, este estudo contribui para a desconstrução da idéia de naturalização que tem envolvido o currículo escolar.

PALAVRAS – CHAVE: Analisa, Discutir, Escolar, Nacionalismo e Papel.

ABSTRACT: The study analyzes the social history of Brazilian school geography since its institutionalization in officially prescribed curriculum in 1837 to the "Imperial Collegio of Pedro II", until the forty years of the 20th century, when the exacerbation of the role of diffusion of patriotic ideology of nationalism, assigned by the holders of power of the State to this discipline. When discussing the transformations that historically suffered this discipline, this study contributes to the deconstruction of the idea of naturalization that has involved the school curriculum.

KEYWORD: Analyze, Discuss, School, Nationalism and paper.

O estudo analisa a história social da geografia escolar brasileira desde sua institucionalização no currículo prescrito oficialmente em 1837 para o "Imperial Collegio de Pedro II", até os anos quarenta do século XX, quando da exacerbação do papel de difusão da ideologia do nacionalismo patriótico, atribuído pelos detentores do poder de estado à essa disciplina. Ao discutir as transformações que historicamente sofreu esta disciplina, este estudo contribui para a desconstrução da idéia de naturalização que tem envolvido o currículo escolar.

A presença da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro já é bastante antiga. Apesar disso, bem pouca teorização tem sido produzida sobre ela, fato que fica patente quando se realiza um levantamento bibliográfico e se percebe o quanto ínfimo é o número de obras já escritas.

Nos meios acadêmicos, tem havido uma preocupação por parte de alguns pesquisadores e pesquisadoras com o resgate da história das ciências geográficas no Brasil, mas no que diz

respeito à história da geografia escolar brasileira muito pouco tem sido pesquisado, o que deixa explícita o diminuto interesse demonstrado ainda pelo assunto.

A história da nossa geografia escolar, constatamos, tem sido sistematicamente relegada a segundo plano pela comunidade acadêmica, a mesma comunidade que tem buscado amiúde intervir nos rumos dado ao ensino desta disciplina, com um claro intuito de sanar os problemas por ela apresentados, sem, porém, buscar a fundo desvelar as origens destes problemas. Até mesmo os(as) próprios(as) educadores(as) que atuam com o ensino da geografia, pouquíssimo têm se preocupado com essa questão. É como se esta disciplina (bem como as demais) não fosse dotada de história.

As conseqüências provocadas por estas carências de estudos sobre o assunto são, entre outras, o quase que total desconhecimento do por que da presença da geografia no currículo escolar brasileiro, bem como dos caminhos percorrido desde sua inserção nas grades curriculares até os dias de hoje, somado ainda ao pouco conhecimento acumulado acerca das transformações epistêmico-didáticas por ela vivenciadas.

Somos da opinião de que a história da geografia escolar brasileira não pode e não deve continuar marginalizada. Acreditamos ser fundamental o seu desvelamento, porém, pensamos não ser suficiente só a investigação acerca da história factual dessa disciplina. Necessário se faz uma análise crítica do processo histórico de construção da nossa geografia escolar.

Ao buscar referencial que nos permitisse por em prática este desafio, deparamo-nos com um novo campo de estudo que a nosso ver, atendia perfeitamente à nossa necessidade de investigar os "caminhos e os descaminhos" da geografia escolar no Brasil: a História das Disciplinas Escolares.

Onde se fala da História das Disciplinas Escolares como área de estudos.

A origem da chamada história das disciplinas escolares está relacionada ao processo de reconceptualização do campo do currículo, processo este iniciado por volta dos anos 60 quando emerge a hoje conhecida Nova Sociologia do Currículo. Esta deu origem a diferentes estudos, dentre eles os voltados para a história do currículo.

A importância que a Nova Sociologia deu a esta análise do campo do currículo deve-se ao fato de que a perspectiva histórica desvelaria a arbitrariedade dos processos de seleção e organização do conhecimento educacional e mais particularmente o escolar.

A grande importância que a história do currículo apresenta é o fato de "desnaturalizar" os conhecimentos presentes no currículo. É condição fundamental para a desmistificação deste construto, esclarecer que ele é dotado de uma história, que ele é socialmente produzido e, conseqüentemente, sujeito às mudanças e as flutuações.

Uma das áreas de estudos que mais têm contribuído para o desvelamento da história do currículo tem sido exatamente a história das disciplinas escolares. As pesquisas

desenvolvidas nesta área objetivam explicar as transformações ocorridas em uma disciplina ao longo de sua trajetória. Assim, é possível identificarmos os fatores mais diretamente ligados às mudanças de conteúdo e métodos de ensino, o que indubitavelmente possibilita uma maior articulação de propostas mais consistentes de alteração ou implementação de mudanças curriculares.

Outro importante objetivo deste tipo de pesquisa é o oferecimento de explicação para o porquê de um conhecimento ser ensinado nas escolas em um determinado momento e local, e a razão dele ser conservado, excluído ou alterado ao longo do tempo.

A teoria acerca da História das Disciplinas Escolares tem procurado demonstrar que o desenvolvimento de uma disciplina escolar está afeto a fatores internos e externos a ela.

"Os primeiros dizem respeito às próprias condições de trabalho na área (a exemplo de formação de grupos de liderança intelectual, surgimento de centros acadêmicos de grande prestígio na formação dos profissionais da área, organização e evolução das associações de profissionais e de estudantes, bem como de uma política editorial na área, além de outros), e os últimos estão diretamente relacionados à política educacional e ao contexto econômico, social e político que a determinam. A importância, ou o peso atribuído a estes fatores dependerá do nível de desenvolvimento em que se encontram a própria área de estudo, bem como do próprio contexto educacional e do regime político e tradição cultural que o circunscreve." (SANTOS, 1990:21).

Outro aspecto importante levantado pelos estudos sobre a história das disciplinas é a questão de como os rumos de uma disciplina são afetados por debates e disputas entre os subgrupos que a compõem, bem como as influências decorrentes de aspectos da política educacional e da sociedade mais ampla sobre estas disputas. No caso da geografia escolar brasileira, chamamos atenção para o fato de que duas foram as orientações que nortearam a trajetória desta disciplina. Não houve entre elas um simples processo de substituição por evolução, mas um complexo processo de conflitos que resultou numa complementaridade tornada modelo hegemônico em nossas salas de aulas até por volta das décadas de 70 e 80 deste século, quando se iniciou um novo processo de conflitos no interior desta disciplina.

O desvelamento dos conflitos presentes no interior de uma disciplina escolar é papel fundamental nos estudos realizados pela História das Disciplinas Escolares. O êxito pode ser alcançado também através de objetivos, documentos, encontros de associações de professores, estudantes ou pesquisadores, programas oficiais, conferências, pesquisas, relatórios, leis, decretos, pareceres, planos de concurso e políticas educacionais que, de forma mais explícita ou quase despercebidamente, os refletem.

Questão importante que também deve ser ressaltada no estudo da história das disciplinas escolares é o fato das disciplinas escolares serem historicamente produzidas. Apesar de muitas pessoas acreditarem que as matérias ou disciplinas escolares são estáveis, o que ocorre verdadeiramente é que sob o mesmo rótulo, isto é, sob a mesma denominação, diferentes conteúdos são ensinados ao longo do tempo. Se nos propuser,

entretanto, a analisar de forma mais cuidadosa, perceberemos que foi ocorrendo uma variação na forma e no conteúdo da disciplina. O estudo destas mudanças é uma das tarefas mais primordiais dos pesquisadores interessados em contribuir na construção da história destes construtos sociais. Ressaltemos, porém, que só é possível entender mudanças curriculares se analisarmos a formação social e o papel da educação nela presente, como bem afirma Moreira:

"A tentativa de articular estrutura e fatores processuais no estudo da redefinição de uma disciplina não pode ser bem sucedida se as instituições não são relacionadas às especificidades do contexto sócio-econômico em que estão situadas" (1990:40)

É ainda Moreira que ao se manifestar acerca da importância dos estudos de caráter sócio-históricos sobre currículo, afirma que estes "devem focalizar os processos envolvidos tanto na formulação das intenções relativas ao currículo como na materialização dessas intenções nas instituições escolares e salas de aula. Ou seja, sugerimos que se faça da construção social do currículo, quer enquanto teoria quer enquanto proposta quer enquanto vivência, o eixo das análises"(1994:274). Neste contexto, o estudo da história das disciplinas escolares assume papel de relevada importância, sobretudo para aqueles (as) preocupados (as) com a desnaturalização e historicização do currículo escolar existente.

Para Santos (1990, 1994), as pesquisas desenvolvidas sobre a história das disciplinas escolares, ao se preocuparem com a análise do desenvolvimento de uma disciplina, têm permitido identificar os mecanismos que se fazem presentes na sociedade e na escola e que definem o que é e o que não é escolar. Por conta disso, afirma ela que "... torna-se possível conhecer o que entrava e o que facilita as mudanças no âmbito da escola e, sobretudo, no âmbito do currículo escolar" (SANTOS, 1994:158).

No estudo que desenvolvemos com base nos referenciais da história das disciplinas escolares, procuramos demonstrar que a geografia escolar brasileira é um construto histórico. Nossa intenção era contribuir para a desconstrução da idéia de que são as disciplinas escolares estáveis, e mais do que isso, tornar explícito que as mudanças sofridas por esse componente curricular, ao longo do tempo, são resultantes de pressões realizadas por diferentes atores sociais (pressões estas não raramente contraditórias) que refletem tanto fatores diretamente ligados ao contexto social, quanto àqueles ligados a questões internas à própria disciplina. Era fundamental que questionássemos durante toda a pesquisa a quem interessava os conhecimentos que, no decorrer da história da geografia ensinada no nosso país, foram sendo considerados como dignos de serem ensinados/aprendidos? Quem os selecionou? Como e por que foram organizados da maneira que se apresentam nos documentos prescritivos? Para quem se destinavam?

Acreditávamos que para compreender a história da nossa geografia escolar brasileira seria

necessário o desvelamento desta lógica, assim como exigiria que fosse trazido à luz, os debates e conflitos que foram se dando entre os grupos que sobre ela possuíam interesses, e que, evidentemente, sofreram/sofrem influência da sociedade mais ampla e de alguns aspectos da política educacional, afinal de contas "o desenvolvimento de uma disciplina deve ser compreendido como resultante das contradições dentro do próprio campo de estudos, o qual reflete e mediatiza diferentes tendências do campo educacional, relacionadas aos conflitos, contradições e mudanças que ocorrem na sociedade. Desta forma, é fundamental analisar como diferentes abordagens se articulam no interior de uma disciplina, quais os tipos de relações que elas produzem e de que tipos de relações, dentro do campo de estudos e da sociedade, elas resultam. Assim, a análise da emergência e desenvolvimento de uma disciplina deve articular o educacional ao social e lidar com complexas relações existentes entre esses dois níveis" (SANTOS, 1990:27).

Propusemo-nos, então, analisar, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, a trajetória da geografia escolar brasileira. Partimos do pressuposto que os conteúdos e as formas assumidas pela geografia, enquanto componentes curriculares no Brasil eram resultantes da concatenação de divergentes interesses. Neste sentido, procuramos desvelar o porquê da mesma ter sido selecionada para fazer parte de nosso currículo escolar, bem como os interesses que justificaram a sua inserção e manutenção nas grades curriculares das escolas brasileiras. Procuramos, também, identificar os saberes que por ela foram sendo oficialmente veiculado, objetivo este, que só adquiriu real significado porque buscamos apontar a quem interessava aqueles saberes. A fim de que pudéssemos melhor compreender a geografia escolar por nós herdada, fez-se necessário também que analisássemos as transformações epistêmico-didáticas por ela sofridas ao longo do tempo e o porquê destas transformações terem ocorrido.

PROCESSO DE PRODUÇÃO DA PESQUISA

No processo de elaboração de nossa pesquisa, a metodologia escolhida exigiu que utilizássemos primeiramente a revisão bibliográfica, por acreditarmos que a mesma nos permitirá melhor traçar o rumo por nós pretendido, bem como nos possibilitaria resgatar as falas convergentes e as divergentes com as nossas. Buscava-mos, também, rever conceitos, idéias e críticas anteriormente elaboradas, haja vista que as mesmas, como nos alerta Frigotto (1989), podem ser falsas apreensões, conhecimentos pseudoconcretos ou posituação de "verdades" ideológicas de um grupo ou de classe dominante, ou mesmo concepções, categorias e teorias, que apesar de refletirem perspectiva crítica, histórica e transformadora, já se tornaram, porém insuficientes, frente à realidade histórica atual. Por conta disso, procuramos ler e analisar obras que dão conta da teoria do currículo, buscando obter nelas a compreensão do processo de reconceptualização pelo qual passa este campo de estudo, e no interior deste, a emergência da história das disciplinas escolares.

Além destas obras, utilizamos também outras que nos ajudaram a identificar os aportes teórico-metodológicos que fundamentam o modelo de geografia escolar que foi sendo legitimado nas escolas brasileiras de ensino primário e médio, durante o período estudado. Procuramos também o apoio de obras que melhores condições nos desse para compreender o surgimento e as transformações de nosso sistema escolar (sobretudo o de ensino secundário). Por fim, utilizamos, também, obras que nos permitiram fazer uma leitura, sob um enfoque sócio-histórico, da geografia escolar que foi inserida e mantida no nosso currículo.

No decorrer de nossas leituras, optamos por delimitar nosso estudo ao período que o currículo prescrito para o Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, deveria padronizar nacionalmente (pelo menos era esta a intenção dos governantes), a seleção cultural considerada, segundo os legisladores brasileiros, digna de ser assimilada pelas novas gerações. Portanto, o período por nós estudado se estende de 1837 - data de criação do referido colégio - até a década de 40 deste século, quando no governo ditatorial de Getúlio Vargas foi dada de fato uma estrutura orgânica ao ensino secundário, estrutura esta tornada obrigatória em todo o território nacional, e através da qual a geografia escolar foi transformada em uma das mais importantes disciplinas escolares, devido ao papel que lhe foi destinado pelos detentores do poder de Estado. O principal motivo que nos levou a escolher este período foi o fato de o mesmo permitir a compreensão da passagem, pelo menos nos currículos prescritos, da orientação clássica para a orientação moderna de ensino de geografia.

Para que pudéssemos identificar e analisar o currículo prescrito para a disciplina geografia - e aqui fazemos uma ressalva de que nossa análise será restrita ao currículo prescrito ou explícito, o que torna a análise do currículo que foi efetivado nas salas de aula a principal lacuna que deixamos nesta pesquisa -, realizamos o levantamento e a posterior seleção de bibliografias produzidas no período estudo ou que a ele se reportassem, e selecionamos também textos escritos de caráter oficial e técnico - as leis que normalizaram o ensino naquele colégio e os conteúdos programáticos fixados pelo legislativo brasileiro ou pela Congregação do já referido estabelecimento de ensino. Procuramos, portanto, desenvolver o que os metodólogos denominam de análise documental, técnica que nos permite realizar "... o estudo das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências... e para desvendá-lo das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes, etc., que, à simples vista não se apresentam com a devida clareza." (TRIVINOS, 1987:159-160).

O material selecionado foi objeto de uma descrição analítica, ou seja, sobre o mesmo realizamos um estudo mais aprofundado à luz do referencial teórico norteador de nossa pesquisa. Nosso objetivo, ao utilizarmos esta técnica de coleta e análise de dados, foi realizar uma interpretação referencial, que desvendasse os conteúdos manifestos e, sobretudo, os latentes neles presentes.

No que diz respeito à estrutura assumida por nossa redação final, ou seja, nossa

dissertação propriamente dita optou por desenvolver no primeiro capítulo uma análise histórica do campo do currículo, com o - objetivo de permitir aos leitores compreender o processo de emergência da chamada história das disciplinas escolares, área de estudo que para nós se apresentou como melhor referencial de análise para nossa intenção de investigar a trajetória da geografia escolar brasileira.

No segundo capítulo, procuramos construir um quadro que nos permitisse melhor analisar a geografia inserida em nosso currículo escolar, bem como as transformações por ela sofridas. Defendemos que a geografia escolar brasileira no período estudado sofreu duas orientações: a orientação clássica de geografia escolar e a tradição moderna de geografia escolar. Ambas penetraram nas salas de aula, existindo um período de choque entre elas e um posterior processo de complementaridade.

Acreditamos que ambas as orientações se constituíram na "geografia dos (as) professores (as)", conceito que para nós, representa o saber geográfico produzido na escola. A geografia escolar ou "geografia dos (as) professores (as)" é no nosso entender um conhecimento escolar e não uma mera vulgarização do conhecimento científico, como alguns afirmam sobre o que venha a ser uma disciplina escolar.

No terceiro capítulo, iniciamos a análise da trajetória da geografia escolar brasileira. Nele estudamos apenas o período em que as legislações educacionais e os conteúdos prescritos para a disciplina geografia legitimaram a orientação clássica de geografia escolar, tornando-a tradição seletiva. Analisou-se também nesse capítulo a gênese e as transformações sofridas pela geografia escolar até o final de período imperial brasileiro.

No quarto capítulo, o estudo desenvolvido procurou demonstrar que seria somente nas últimas décadas do século XIX, que começariam a surgir no Brasil, as primeiras manifestações contrárias ao ensino da velha geografia clássica, bem como propostas mais fundamentais para a renovação do ensino desta disciplina. Pretendíamos analisar como se deu, no bojo do movimento de renovação da educação escolar brasileira, a legitimação oficial da orientação moderna de geografia escolar nas salas de aula.

No quinto e último capítulo, queremos enfatizar a consolidação, em nível oficial, da orientação moderna de geografia escolar, os conflitos com a orientação clássica e complementaridade que se estabeleceu entre estas duas orientações e os fatores que contribuiriam para isto: a influência escolanovista no pensamento educacional brasileiro, a criação do Curso de Geografia na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil, bem como da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB. Mereceu maior destaque, no entanto, a exacerbação do papel da geografia escolar na difusão da ideologia do nacionalismo, exigência imposta pelos detentores do poder de Estado, no período histórico conhecido como Estado Novo.

Muitas foram as conclusões que o processo de produção deste estudo nos proporcionou.

Queremos, no entanto, destacar aquelas que mais nos permitem compreender a trajetória da geografia no currículo escolar brasileiro, no período por nós estudado.

A disciplina geografia se constatou, não se constituiu numa "vulgarização" do saber erudito produzido pelos departamentos de geografia ou seus congêneres. A geografia escolar é dotada de uma dinâmica própria, de uma autonomia caracterizada, sobretudo, pela reelaboração dos conhecimentos científicos e a sua conseqüente transposição didática. Apesar de não podermos e não devemos negar a influência da ciência de referência (no caso a ciência geográfica), nossa pesquisa procurou chamar a atenção para a autonomia que a geografia escolar detém frente à geografia científica. Acreditamos que para melhor entendermos a dinâmica da disciplina geografia em sua trajetória curricular, não basta só conhecer a história da ciência geográfica e o rebatimento das suas mudanças epistemológicas na geografia ensinada, mas, também, precisamos desvelar e compreender a própria cultura escolar que influencia e é influenciada pelas diferentes disciplinas escolares, dentre elas a geografia.

Defendemos que as geografias escolares da qual acima nos referiram é na verdade a "geografia dos (as) professores (as)". Diríamos que a "geografia dos (as) professores (as)" é um construto social e histórico, resultante de um processo de seleção realizado a partir de um leque maior de conhecimentos geográficos produzidos e disponíveis. Ela não surgiu nos fins do século XIX, como tem afirmado Yves Lacoste (1988), mas sua existência é contemporânea ao surgimento do próprio sistema público escolar. Assim, podemos afirmar que suas origens são anteriores ao surgimento da geografia científica, apesar de, posteriormente, de ela ter sofrido influência. A "geografia dos (as) professores (as)" nunca foi a geografia acadêmica (seja na sua concepção clássica, seja na sua concepção científica), apesar de ter seguido a "passos curtos" a trajetória desta última.

Os conteúdos presentes ao longo do tempo no currículo prescrito e veiculados pela "geografia dos (as) professores (as)", são resultantes de uma seleção intencional realizada pelos (as) detentores do poder de Estado. De um universo maior desconhecimentos geográficos disponíveis, foram selecionados para serem legitimados como "verdadeira geografia" apenas aqueles que contribuísem para a consolidação da visão de mundo das elites dominantes, tornando-as senso comum. Acreditamos, entretanto, que existiram processos de resistência que, apesar de não terem conseguido provocar grandes alterações em nível de currículo oficial, conseguiram se fazer presente currículo oculto/real que se materializou nas práticas de sala de aula. Esperamos que pesquisas voltadas para o estudo da geografia efetivamente ensinada nas salas de aula venham a ser realizadas em período muito breve e possam melhor demonstrar estas manifestações de resistências.

Percebemos com esta pesquisa que ao longo da trajetória da geografia escolar

brasileira, inúmeros mecanismos foram sendo utilizados para tentar tornar a "geografia oficial" em algo "natural", "único" e "verdadeiro". Um dos principais foi a instauração de um processo de tradição seletiva, responsável pela construção da idéia de que só existe um modelo de geografia escolar. No nosso ponto de vista, uma das principais conseqüências dessa tradição seletiva é a dificuldade de eliminarmos, ainda hoje, a chamada "geografia tradicional" de nossas salas de aula.

Nosso trabalho também constatou que bastante forte foi a influência do modelo francês de geografia escolar na gênese e mesmo durante boa parte da trajetória da geografia ensinada no Brasil. O modelo francês foi invocado pelas elites/autoridades políticas brasileiras para dar organização a nossa educação escolar como um todo, e ao ensino de geografia em particular. Os limites impostos pela disponibilidade de tempo e material de pesquisa inviabilizaram um maior aprofundamento dos estudos acerca desta característica considerada por nós fundamental para a compreensão da história social de nossa disciplina escolar. Pensamos que é imprescindível que esta lacuna existente na historiografia sobre a nossa geografia escolar seja rapidamente preenchida a fim de melhor compreendermos as origens e transformações pelas quais passaram esta disciplina no Brasil.

Nossa pesquisa também discute a afirmativa que tem sido divulgada sobre a finalidade da inclusão da geografia no nosso currículo escolar, qual seja, a de ter sido desde sua origem a divulgação de uma ideologia do nacionalismo patriótico. Acreditamos que esta conclusão é reducionista, pois reflete uma tendência de explicar a realidade brasileira a partir de fatos aplicáveis a outras realidades. A formação sócio-histórica brasileira exigiu de nossa escola outro papel no período referente, principalmente, à primeira metade do século, que não foi o de ser, por excelência, um dos instrumentos de construção do Estado-nação brasileiro. As disciplinas escolares foram concebidas mais como sendo instrumentos de divulgação de uma cultura universal a qual os filhos de nossas elites deveriam ter acesso para estarem *paripassus* com o "mundo civilizado", os mundos brancos europeu, do que, como recursos de inculcação de uma ideologia nacionalista como teimam afirmar alguns. Somente mais tarde, à medida que o projeto nacional de nossas elites começa a se consolidar, a finalidade do currículo escolar e da disciplina geografia mais especificamente, passa a ter como finalidade a construção do nacionalismo e do patriotismo.

Queremos também frisar que trabalhar com o currículo prescrito, opção que fizemos na pesquisa realiza apesar de nos dar uma considerável visão de uma das dimensões da história da geografia escolar brasileira, sem sombra de dúvidas não consegue explicar totalmente a riqueza presente na história social desta disciplina curricular. Esta se mostra mais viva quanto nos dispomos a mergulhar nas contradições, conflitos, confrontos, resistências só perceptíveis na dinâmica da sala de aula e materializadas no currículo efetivo ou real. Esperamos que novos estudos fossem desenvolvidos por geógrafos (as)educadores (as) ou não, objetivando desvelar esta história ainda por contar de nossa disciplina.

Dar-nos-emos por bastante satisfeitos se este trabalho por nós desenvolvido possa contribuir para reavivar os debates sobre os princípios e objetivos que estiveram presentes na gênese e trajetória da nossa disciplina. Acreditamos que a partir da compreensão dos mesmos e da identificação da sua influência na geografia ainda hoje ensinada, será possível retomarmos ou iniciarmos novas discussões em relação à importância ou não do ensino de geografia nas escolas primárias e

BIBLIOGRAFIA

- FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I.C.A. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- LACOSTE, Y. **A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.
- MOREIRA, A.F. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas: Papyrus, 1990.
- MOREIRA, A.F. História do currículo: examinando contribuições e alternativas. In: **VII Encontro de Didática e Prática de Ensino**, 6, 1994, Goiânia. Anais... Goiânia: Cegraf-UFG, 1994, p.273-290.
- ROCHA, G.O.R. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837 - 1942)**. São Paulo, 1996 (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SANTOS, L.L.C.P. **História das disciplinas escolares: perspectivas de análise**. Revista Teoria e Educação (Porto Alegre), n°02, 1990.
- SANTOS, L.L.C.P. **História das disciplinas escolares: outras perspectivas de análise**. In: **VII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, 6, 1994, Goiânia. Anais ... Goiânia: Cegraf-UFG, 1994, p. 158165.
- TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais - a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

***Genylton Odilon Rêgo da Rocha**. Professor de Prática de Ensino de Geografia / D.M.T.O.E - Centro de Educação da UFPa., Mestre em Educação (PUC-SP) e Doutorando em Geografia (USP).

O MERCÚRIO NOS GARIMPOS DE OURO DO RIO MADEIRA/RO.

Ene Glória da Silveira*
Priscila Andrea Salvioni Gali**
Ronilson Vasconcelos Barbosa**
Ivaney Carvalho Braga**

RESUMO: Dentre todos os metais pesados o mercúrio é um dos que representa maior risco à saúde humana, particularmente quando inalado sob a forma de vapor ou ingerido como metil mercúrio, estado organificado no ambiente. Ele forma ligações fortes com moléculas biológicas ricas em radicais de sulfidrilas e proteínas, tem alta mobilidade e é facilmente incorporado às células nervosas dos mamíferos, concentrando-se nos rins, fígado e sistema nervoso central. Sua toxicologia é bem conhecida, face aos acidentes ocorridos no Japão (1950 - 1960), e Iraque (1970), dentre outros.

PALAVRAS – CHAVE: Ambiente, Saúde humana, Mamíferos, Mercúrio, Moléculas e Radicais.

ABSTRACT: Among all the heavy metals mercury is one of representing greater risk to human health, particularly when inhaled in the form of steam or ingested as methyl mercury, organificado State in the environment. It forms strong links with biological molecules rich in protein and radical sulfidrilas, has high mobility and is easily embedded on nerve cells of mammals, focusing on the kidneys, liver and central nervous system. Its Toxicology is well known, face accidents occurring in Japan (1950-1960), and Iraq (1970), among others.

KEYWORD: Environment, human health, Mammals, Mercury, Molecules and radicals.

INTRODUÇÃO: Dentre todos os metais pesados o mercúrio é um dos que representa maior risco à saúde humana, particularmente quando inalado sob a forma de vapor ou ingerido como metil mercúrio, estado organificado no ambiente. Ele forma ligações fortes com moléculas biológicas ricas em radicais de sulfidrilas e proteínas, tem alta mobilidade e é facilmente incorporado às células nervosas dos mamíferos, concentrando-se nos rins, fígado e sistema

nervoso central. Sua toxicologia é bem conhecida, face aos acidentes ocorridos no Japão (1950 - 1960), e Iraque (1970), dentre outros. Basicamente o metal produz irreversíveis danos ao sistema nervoso central, atuando como eficiente inibidor enzimático, inativando proteínas e mostrando grande poder corrosivo. No cérebro sua atuação é mais acentuada, atingindo principalmente as áreas do "cerebellum" associadas às funções sensoriais, visuais, auditivas e de coordenação motora (KOMYO et al. 1993). A intoxicação por mercúrio provoca vômitos freqüentes, degeneração e, em casos agudos, a bibliografia médica especializada conclui que pode levar o indivíduo a disfunções motoras, paralisia, ao coma e à morte (HIROYUKI et al 1993).

O ciclo global do mercúrio é resultado de processos físicos, químicos e bioquímicos extremamente complexos, muitos dos quais ainda não foram bem definidos. Nos últimos anos, algumas descobertas importantes ocorreram, sendo que, a descrição da formação do metil mercúrio encontrado a partir da metilação do Hg por bactérias aeróbias e anaeróbias, merece maior destaque. Desta forma, o metil mercúrio no ambiente aquático é rapidamente absorvido por peixes, cujas maiores concentrações ocorrem nos carnívoros. Em trabalhos recentes, GALI (1997) demonstrou que os peixes carnívoros dos rios Madeira, Jacu Paraná e Jamari obtinham concentrações mais elevadas que os peixes onívoros e micrófagos, com percentual de 40% acima do máximo permitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Seus fatores de concentração chegam a atingir números da ordem de 10^4 a 10^5 vezes a nível de "background" e a acumulação do metil mercúrio em peixes atinge cerca de 100 vezes mais toxicidade que na fase inorgânica.

O Hg NO ORGANISMO: O mercúrio pode entrar no organismo humano na forma metálica e organificado. Na forma metálica, é conhecido por contaminação ocupacional, constitui-se da entrada direta do Hg⁰ no estado líquido ou de vapor durante a queima do amálgama com o ouro. No estado de vapor se apresenta com alta toxicidade quando inalado pelo homem, por ser totalmente absorvido pelos alvéolos pulmonares. Uma vez nos pulmões, o mercúrio entra para a circulação sangüínea, atravessa as membranas das células e aloja-se nos tecidos. Quando oxidado nos glóbulos vermelhos, pode ser transformado ionicamente em metilmercúrio formando outros compostos solúveis. Sendo a taxa de entrada maior que a de eliminação, o mercúrio acumula-se e pode atingir o sistema nervoso central. Na forma organificada a via de acesso ao homem é preferencialmente a ingestão de pescados, água e alimentos com taxas elevadas de concentração de Hg. A medição da quantidade de concentração de mercúrio nos seres humanos é determinada a partir de cabelo, sangue e urina. A Organização Mundial de Saúde (OMS) considera que o nível máximo permissível sem risco à população é de 50 partes por milhão, ou seja, 50 microgramas de Hg por grama de cabelo.

O Hg NO AMBIENTE: Durante os últimos anos inúmeros trabalhos têm sido efetuados, com objetivo de quantificar dos teores de Hg nos diversos compartimentos do ecossistema, assim

sendo, o mercúrio total no ar foi estimado de 20 a 30% como proveniente de fontes antropogênicas (PFEIFFER & LACERDA 1988), e a emissão global de mercúrio de origem antropogênica estimada é de 6.000 a 50.000 t/ano-1, e representa de 25 a 40% do total de lançamentos (NRIAGU 1990). PADOVANI et al. (1995) estimam em mais de 100 mil toneladas anuais de mercúrio lançadas ao ambiente. De acordo com MALM et al. (1997) nos últimos 20 anos duas mil toneladas de mercúrio foram lançadas ao ambiente pelos garimpos de ouro, apenas na região amazônica e, especificamente para o Estado de Rondônia, estimam-se 200 a 300 toneladas de ouro em 10 anos de garimpo no rio Madeira. Durante a etapa de queima do azougue, parte do mercúrio volatiliza-se para a atmosfera, e outra parte deposita-se diretamente no solo e/ou nas águas do rio. O tempo de residência do Hg⁰ volatilizado é estimado em 2 dias e é incorporado à circulação atmosférica regional, que ao contato com o oxigênio e ozônio se oxida de Hg⁰ para Hg²⁺ forma iônica mais reativa do mercúrio, ficando, assim, disponível na atmosfera para incorporação de outros radicais orgânicos e inorgânicos. O íon mercúrio por ter alta densidade e solubilidade, retorna ao solo pela precipitação e por lixiviação pode chegar aos rios e lagos. A medição da concentração de mercúrio no ambiente pode ser realizada em amostras de solos, sedimentos (de corrente, fundo e particulado em suspensão) e água por espectrofotometria de absorção atômica, um dos métodos mais usuais.

Hg EM PEIXES: A incorporação do mercúrio pelos peixes envolve várias etapas, sendo a organificação uma das principais. PFEIFFER et al. (1989) explicam que a organificação do mercúrio pode ocorrer fora de organismos vivos, desde que exista alta concentração de ácidos fúlvicos e húmicos (ácidos de grande peso molecular) no meio aquático, sendo acelerada em ambientes ácidos, com pH 6, mas em sua totalidade é mediado por fenômenos biológicos. Sua reação química pode ser considerada um mecanismo de eliminação de Hg das células. O mercúrio entra na célula bacteriana na forma iônica (Hg²⁺) e sofre redução para Hg⁰. Após a redução, o di-metil-Hg é formado enzimaticamente, mediado pela homocisteína (N⁵metiltetra-hidrofolato transmetilase), ou não enzimaticamente, pela transferência de grupos metil da metilcobalamina presente nas células bacterianas para íons de mercúrio. Assim, o di-metil-Hg pode se difundir para fora da bactéria. Em meio com pH alcalino, escapará para água e atmosfera, mas em pH ácido será convertido em mono-metil-Hg e permanecerá na água, sendo facilmente incorporado em peixes. O processo de acumulação do metil mercúrio em peixes é de especial interesse, posto que, organificado ele atinge cerca de 100 vezes mais toxicidade que na fase inorgânica, por biomagnificação e bioacumulação. A biomagnificação aumenta a concentração do Hg nos organismos vivos quando passa de um nível trófico inferior para um superior. Como a região do Estado de Rondônia é caracterizada por clima úmido, de altas temperaturas, índice pluviométrico maior que 2000 mm/ano, pH ácido e matéria orgânica abundante, possui todos os condicionantes físico-químicos catalisadores do processo de metilação

do Hg°.

O peixe é, destacadamente, um dos recursos naturais mais importantes para as populações amazônicas. Constitui um recurso alimentar de fácil acesso aos habitantes das inúmeras vilas e povoados que, naturalmente, localizam-se às margens dos cursos d'água. SANTOS et al. (1991) também destacam a importância do peixe e sua ação na natureza, pois, como "organismos vertebrados mais abundantes nas águas amazônicas", "têm um papel decisivo como mantenedores da riqueza e do equilíbrio ecológico", constituem não somente a base alimentar de muitas populações humanas, como de inúmeras outras espécies de predadores, répteis e mamíferos, "além de servirem como agentes biológicos de dispersão de sementes e como enriquecedores naturais do sistema aquático, através da conversão da biomassa vegetal em matéria animal e mineral".

A despeito da enorme importância ecológica, como fonte alimentar, e do importante papel na economia local, diversos fatores concorrem para a diminuição considerável da quantidade e qualidade do pescado na região e no País como um todo. SILVA (1981) ressalta o papel da poluição, causada por resíduos industriais e domésticos, do represamento dos cursos de inúmeros rios impedindo que muitas espécies desenvolvam seu ciclo de reprodução e crescimento, e do desmatamento das matas ciliares, causando erosão com conseqüentes modificações nas características físico-químicas das águas e desequilíbrio das condições biológicas, podendo, em muitos casos chegar ao assoreamento do canal.

PEIXES NO RIO MADEIRA/RO: Alguns fatores poluidores produzem impacto em curto prazo, modificando rápida e drasticamente um determinado ambiente, outros, porém, podem ter entrada lenta no ecossistema, de modo que os efeitos deletérios apenas sejam observados após longo tempo de contato com a ictiofauna. Podem-se citar muitos exemplos de agentes, substâncias ou elementos que, em diversos casos ou circunstâncias produzem efeitos nocivos, como o Cu (cobre), Co (cobalto), Zn (zinco), entre outros, e especialmente o Hg (mercúrio), no Estado de Rondônia, em função da prospecção aurífera que se desenvolve há décadas na região, sobretudo a de ouro aluvionar na calha do rio Madeira.

Com base em estudos diversos e levantamentos anteriores de exposição da ictiofauna e de populações humanas ao elemento mercúrio (Hg) e seus compostos, teme-se que a atividade garimpeira de ouro na região tenha desencadeado um processo de contaminação, atingindo níveis críticos com grande prejuízo para as populações humanas ribeirinhas, que têm no pescado sua mais importante fonte protéica (LACERDA et al., 1990; SILVA 1996).

Desde 1986 a equipe de pesquisadores do Laboratório de Radioisótopos vem desenvolvendo, em conjunto com o Departamento de Geografia da UFRO investigações sobre a contaminação por mercúrio em amostras abióticas (sedimentos de rio, solos e ar) e bióticas (peixes e amostras humanas como cabelo, sangue e urina) na região do rio Madeira. Por vários anos,

todas as amostras coletadas eram analisadas no Rio de Janeiro, porém, a partir de 1994, com a instalação do Laboratório de Geoquímica Ambiental na UFRO o trabalho de pesquisa foi enormemente facilitado, permitindo maior cobertura e melhor acompanhamento da questão do mercúrio na região. Tanto assim que, nesses últimos três anos vários trabalhos foram publicados, em seminários PIBIC/CNPq, SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), congressos internacionais, além de tese de doutoramento e monografia final de curso. Toda essa produção foi possível, graças ao trabalho intensivos dos pesquisadores e alunos bolsistas, bem como a qualidade dos aparelhos, pois são do mais alto padrão de tecnologia para análises de metais pesados, especificamente para o Hg, com precisão analítica, reprodutibilidade e sensibilidade. (BASTOS; 1997) ao correlacionar os resultados obtidos no processo de análise, concluiu que, o Laboratório da UFRO obteve um excelente desempenho na avaliação da amostra de "referência interna", controle de qualidade satisfatório, relação boa com as amostras de peixes e com os procedimentos adotados para diferentes matrizes analisados.

Nesses três anos de funcionamento do Laboratório de Geoquímica Ambiental da UFRO, um grande número de análises foi efetuado, e esta é uma contribuição ao trabalho de monitoramento da contaminação mercurial na bacia do rio Madeira, envolvendo os seus afluentes Jamari e Jacy Paraná, tendo por base, amostras de peixes, sedimentos, água e ar. No rio Jamari, estuda-se também o reservatório da Hidroelétrica de Samuel por não sofrer ligação direta com o rio Madeira, sendo, assim, considerado como área de controle. O lago artificial da hidroelétrica de Samuel assume importância ainda maior pela existência de populações tradicionais que habitam áreas circunvizinhas à represa e ao longo do próprio rio.

CONCLUSÃO: Deve-se estar atento ao fato de que, neste trabalho, os procedimentos de química analítica inserem-se numa questão geográfica de ordem social que é a problemática do garimpo, enquanto instrumento que proporciona o conhecimento sobre um dos lados desta problemática, as conseqüências, nesse contexto, do uso do mercúrio como amalgamador do ouro, é a forma de retorno da contaminação para populações humanas, pela ingestão do pescado. Em outras palavras, a contaminação ambiental pelo elemento mercúrio traz em si uma discussão sobre a interferência do homem no meio e seus desdobramentos na relação sociedade-natureza. Em termos econômicos, deve-se contextualizar, também, o processo de produção de ouro nos garimpos, bem como a relação de trabalho nos termos de "mais valia" do trabalho "versus" o apurado. Salienta-se que os estudos que vêm sendo desenvolvidos no Laboratório de Geoquímica Ambiental da Fundação Universidade Federal de Rondônia, agora também, com o apoio institucional de pesquisadores do laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental, apesar de extremamente relevantes, expõem apenas uma pequena ponta dessa problemática. Cabe lembrar as palavras de LACERDA (1998), quando relaciona as diferenças entre Minamata e Amazônia, dizendo que: "*se surgirem*

casos da doença na Amazônia, pouco poderá ser feito a não ser o tratamento das vítimas. Enquanto o desastre de Minamata pode ser considerado acidental, dado o pouco conhecimento da época sobre a química ambiental do mercúrio e seus efeitos, na Amazônia, um incidente desse tipo seria, no mínimo, crime”.

BIBLIOGRAFIA

- BASTOS, W.C. **Método de digestão utilizando microondas para determinação automatizada de Hg em amostras ambientais e humanas: implantação de laboratórios e avaliação da qualidade analítica.** Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado submetida ao Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997. pp 102.
- GALI, P. A. S.. **Contaminação mercurial em peixes carnívoros dos rios Madeira, Jacu-Paraná e Jamari Rondônia.** Porto Velho-RO, Monografia de bacharelado apresentado ao Departamento de Geografia da Fundação Universidade Federal de Rondônia, 1997. pp.58
- HIROYUKI, M.; FUTATSUKA, M.; KINJO, Y.. **Fetal Minamata Disease - a Review.** In: **Proceedings of the international Symposium on "Assessment of Environmental Pollution and Health Effects from Methylmercury"**. Kumamoto, 1993.242 p.
- KOMYO, E.; OYANAGI, S.; ITAI, Y.; TOKUNAGA, H.; TAKIZAWA, Y.; SUDA, I., **Pathological Findings on a Fetal type of Minamata Disease.** In: **Proceedings of the international Symposium on "Assessment of Environmental Pollution and Health Effects from Methylmercury"**. Kumamoto, 1993.242 p.
- LACERDA, L. D., FORSBERG, B. R.; RAMOS, J. F. F. **Ciclo biogeoquímico do mercúrio no ecossistema amazônico - proposta de estudos prioritários.** in: HACON, S.; LACERDA, L. D. PFEIFFER, W. C. e CARVALHO, D. (Orgs.) **Seminário Nacional - Riscos e Consequências do Uso do Mercúrio.** Rio de Janeiro, FINEP, Min. da Saúde, IBAMA e CNPq. 1990
- LACERDA, L. D.. **Minamata livre de mercúrio: baía japonesa está descontaminada depois de 40 anos.** *Ciência Hoje*, Vol. 23 N. 132, 1997. p.(24)-(31).
- MALM, O.; GUIMARÃES, J. R. D.; CASTRO, M.B.; BASTOS, W. R.; BRANCHES, F. J. P.; PFEIFFER, W. C.; VIANA, J. P.; SILVEIRA, E. G.. **Mercúrio na Amazônia: evolução da contaminação ambiental e humana.** *Ciência Hoje*, vol. 22 n 128, Maio-junho, 1997. p. 16-23.
- NRIAGU, J. O. **Global metal pollution poisoning the biosphere, Environment.** Toronto, Vol. 1, no.7, 1990.7 p.
- PADOVANI, C.; FORSBERG, B. & PIMENTEL, T. **Contaminação mercurial em peixes do rio Madeira: resultados e recomendações para consumo humano.** *ACTA AMAZÔNICA* 25(1/2): 1995. 127-136.
- PFEIFFER, W. C.; LACERDA, L. D. **Mercury inputs to the Amazon region, Brazil.** *Environ. Technol. Lett.*, London, 1988. 9-325-350.
- PFEIFFER, W. C.; LACERDA, L. D.; MALM, O.; SOUZA, C. M. M.; SILVEIRA, E. G & BASTOS, W. R. **Mercury concentrations in inland waters of Rondônia, Amazon, Brazil.** *Sci. Tot. Environm.* 1989.87/88:233-240.
- SANTOS, G. M.;. **Composição do Pescado e Situação da Pesca no Estado de Rondônia.** *Acta Amazônica*, 16/17. 1991.p43-84
- SILVA, A. P. **Mercúrio em ambientes aquáticos de Poconé - MT.** São Paulo, Tese de Doutorado submetida ao Instituto de Geociências (IG) da Universidade de São Paulo, 1996. 118 p.
- SILVA, J. W. B. **Recursos Pesqueiros de Águas Interiores do Brasil, Especialmente do Nordeste.** Fortaleza, DNOCS. 1981.98 p.

SILVEIRA, E. G. **Mobilização do mercúrio e outros elementos no rio Madeira/RO, entre as cachoeiras de Teotônio e Santo Antônio.** Rio Claro-SP, Tese de doutoramento apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista- UNESP/Campus Rio Claro. 1998,98pp

Dr. Ene Glória da Silveira, Professor do Depto de Geografia/UFRO, Coordenador do Laboratório de Geoquímica Ambiental e Pesquisador Associado do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental.

****Priscila Andrea Salvioni Gali**, Geógrafa, pesquisadora associada do Laboratório de Geoquímica Ambiental.

*****Ronilson Vasconcelos Barbosa**, bolsista PIBIC/CNPq/UFRO / Ivaney Carvalho Braga, bolsista PIBIC/CNPq/UFRO.

MITO E LUGAR - PARTE IV

JOSUÉ COSTA*

RESUMO: O mito é um conceito cultural extremamente complexo, por isso trabalharemos com uma conceituação no sentido de compreender qual a relação que o mito estabelece com as atividades diárias e como ordenará o conjunto de valores de um grupo humano, pequeno, semi-isolado e que trará relações com o seu meio ambiente, que lhes serão próprias e fundamentais para sua sobrevivência. Tendo claro que não trabalhamos com uma comunidade primitiva ou selvagem, achamos que o debate na conceituação de mito deve ser flexível o suficiente para abranger o maior número de aspectos possíveis da cultura.

PALAVRAS – CHAVE: Conceito Cultural, Conceituação, Mito e Selvagem.

ABSTRACT: The myth is an extremely complex cultural concept, so we'll work with a conceptualization to understand what is the relationship that the myth establishes with daily activities and how ranks set of values of a human group, small, isolated and semi-that will break relations with their environment, they will own and fundamental to their survival. Having clear that do not work with a wild or primitive community, we feel that the debate on the conceptualization of myth should be flexible enough to cover the largest possible number of aspects of culture.

KEYWORD: Cultural Concept, conceptualization, Myth and wild.

O conflito estabelecido pelo IBAMA apresenta o confronto de dois mundos que não necessitam que um desapareça para que o outro exista. O projeto de preservação do ambiente do IBAMA não é capaz de vislumbrar tal possibilidade. A comunidade do Cuniã apresenta seus símbolos e significados construídos ao longo do tempo naquele ambiente, apresentam os elementos de seu "lugar".

O MITO DAS MATAS E DAS ÁGUAS: São bastante diversificadas as formas de representações simbólicas elaboradas por comunidades ribeirinhas. Procuraremos demonstrar o conjunto de símbolos e signos dos quais essas populações fazem uso rotineiro. São narrações míticas, elementos mágicos, criados ao longo da convivência e interação com o meio ambiente e passados de geração a geração. Os limites entre a fantasia e a realidade confundem-se, formando um conjunto cultural extremamente rico.

Não é objetivo do trabalho realizar um estudo sobre a estrutura do mito, nem tampouco pesquisar suas origens. Os mitos, contos aqui relatados, foram coletados a partir de observações de várias conversas com diferentes moradores da localidade. Tendo o mito

como elemento participante na construção do lugar, procura-se compreender o imaginário dessa população ribeirinha, que através de sua percepção coletiva ou individual, elabora um conjunto de explicações de seu "mundo", de seus valores, de sua organização. O espaço com todas as suas representações é a expressão viva do homem, toma-se um espaço humanizado, aliado ao projeto de sobrevivência do homem, é o seu lugar de liberdade, de segurança, seu lar, seu "lugar".

O mito é um conceito cultural extremamente complexo, por isso trabalharemos com uma conceituação no sentido de compreender qual a relação que o mito estabelece com as atividades diárias e como ordenará o conjunto de valores de um grupo humano, pequeno, semi-isolado e que travará relações com o seu meio ambiente, que lhes serão próprias e fundamentais para sua sobrevivência. Tendo claro que não trabalhamos com uma comunidade primitiva ou selvagem, achamos que o debate na conceituação de mito deve ser flexível o suficiente para abranger o maior número de aspectos possíveis da cultura. Compreendemos o mito como uma narrativa que ordena e mantém simbolicamente a estrutura natural e social do lugar ao relatar a história de um tempo primordial, onde se iniciam as formas de caça, pesca, plantio e classificação do mundo natural e social.

Há uma grande quantidade de conceituação do mito. Alguns irão conceituá-lo de forma reducionista, historicista, positivista, cultural, sociológica, etc., considerando o mito como um produto inferior ou deformado da atividade intelectual. Há os que se perdem no abismo da procura e equivalência entre o mito e a verdade. Há ainda os que buscam ou duvidam da racionalidade do mito. Entretanto, esses são caminhos muito pobres e que não revelam a riqueza do mito

...o mito não é apenas uma história contada, e sim algo vivido. Não possui a mesma natureza da ficção que podemos ler hoje em um romance, mas é uma realidade viva, considerada como tendo realmente acontecido em tempos primevos e que, desde então, continua a influenciar o mundo e os destinos humanos. (MALINOWSKI, 1986:159).

... o mito é um primitivo e desastrado esforço para conceituar o mundo da natureza. (FRAZER, apud CAMPBELL: 1992)

As concepções de Fazer, (mesmo com o equívoco de considerar o mito como um esforço desastrado) e outros autores como Lévi-Strauss, conceituam o mito em termos cognitivos, enquanto referência para a classificação e conceituação do mundo da natureza. Há outras formulações que apresentam uma conceituação bem mais ampla do mito, em que as interpretações simbólicas desse homem ribeirinho que ao revelar a sua forma de compreensão e das relações travadas com o meio ambiente, mostra-se com toda a sua pluralidade e complexidade:

... a mitologia, quando submetida a um escrutínio que considere não o que é, mas o modo como funciona, o modo pelo qual serviu a humanidade no passado e pode servir hoje, revela-se tão sensível quanto a própria vida às observações e exigências do indivíduo, da raça e da época. (CAMPBELL: op. cit.; 368)

Assim, quando vemos o mito como construtor e organizador do lugar, é porque entendemos

que esse "lugar" em cada espaço, em cada ponto está carregado de sentido, afetividade e lembrança e marcado pelo sagrado. Ou ainda, vemos o mito como criador de um conjunto de informações que serão acumuladas socialmente e atualizadas através do próprio mito. As narrativas míticas, o espaço mítico são formas de conhecimento que os indivíduos adquirem das tradições e das relações ideais, realizadas no tempo de seus antepassados, e que se tomam a mediadora na relação com a natureza e também se constituem como uma estratégia de sobrevivência do grupo.

Esta concepção toma-se clara quando entendemos que as narrativas míticas organizam as regras sociais, a maneira de agir no espaço. Mas, também não são apenas regras condutoras, são formas de interpretar, classificar, selecionar as espécies animais e vegetais. O pensamento mítico é, portanto, o conhecimento que a população incorpora, atribuindo-lhe um significado. Quando a comunidade não acredita mais em seus mitos, esses são mitos mortos. A comunidade mantém viva a crença no sagrado e esta crença irá alicerçar a luta de resistência, dar-lhe unidade enquanto grupo social participante da construção espacial. O respeito às crenças dos grupos é a abertura da sensibilidade do pesquisador ao que há de mais fundamental para a compreensão dos valores dos grupos e de suas construções espaciais. As práticas míticas não são apenas cartas ou regras de condutas de comportamento, são formas de interpretar, classificar, selecionar as espécies animais e vegetais, os lugares, a natureza, de preservar as relações sociais tradicionais. Essas são as condições básicas para a existência, por exemplo, do mito do boto, da cobra grande, do curupira.

Esse conhecimento é uma maneira de se nortear no mundo, de se nortear na vida social, de preservação de suas relações sociais tradicionais, de organização de seu espaço mais próximo, mais afetivo que é a formação de seu "lugar". Tal organização espacial mostrará que o lugar é pleno de emoções; essas emoções são plenas de conhecimento incorporado, nascem da vivência, observação e o acúmulo da sensibilidade oriunda do meio ambiente. As tradições, lendas, narrativas míticas nascem e demonstram as relações que o homem deverá ter em termos ideais com a natureza. Ao utilizarmos o termo "lugar" estamos nos orientando pelos depoimentos dos moradores que o usam para definir e estabelecer como ponto de referência a área em que vivem e concebem como parte integrante de sua existência. Diante das ameaças de expulsão sofridas, os moradores oferecem resistência para se manterem no lugar onde nasceram, onde estão seus mortos, onde há fartura e onde há liberdade e onde a "bondade do lugar" manifesta-se.

Os mitos, lendas, contos não são, portanto, somente histórias fantásticas, ou "conversa de caboclo" como querem alguns estudiosos da cultura amazônica. Lembrando alguns trabalhos científicos realizados a respeito da Amazônia, já em 1926, Raymundo Moraes tecia severas críticas sobre esses autores:

Exceptuando alguns brasileiros ridículos, que deprimem a pátria por snobismo, com o fito exclusivo na exibição litteraria, raro se encontra uma obra de estrangeiro idoneo, ainda não vindo ao Brasil, que não exaggerem e phantasie a nossa natureza, criando-lhe fauna, flora, água e terra desfiguradas, ao inverso da verdade. Estão infelizmente nesse caso a de Thomas Buckle, Civilização na Inglaterra a de Elisée Reclus, Estados Unidos do Brasil. O primeiro desses escriptores, cuja mentalidade exaltada a nosso respeito lembra certos lances de Swift, nas Viagens de Gul iver, inventa, no forte e doce paiz do pendão auriverde, quadros tenebrosos de arvores desmedidas, de montanhas inacessiveis, de 'ios intransponiveis, de animaes formidaveis. E isto com o simples objectivo de humilhar e diminuir o homem que ahi habita, unico pigmeu, na intelligencia e no physico, da página idealizada pelo emminente pensador britânico. (Moraes, 1926,44-45).

Outros autores e trabalhos são arrolados nas críticas de Moraes, e que são relevantes pelo seu conteúdo e pelo tempo em que foram elaborados. A exigência de critérios para falar sobre a Amazônia faz-se necessária até nos dias de hoje. Só muito recentemente o ribeirinho, o caboclo, o seringueiro e o índio estão sendo motivos de estudos sem o olhar preconceituoso da suposta superioridade de raças e culturas (Da Matta, 1984). Mesmo assim, o "mundo cultural" destes grupos sociais ainda necessita ser desvendado. O fato de viverem em uma área praticamente isolada ao longo de tanto tempo, fez com que a população que para lá se dirigiu com a perspectiva de trabalhar nos seringais, vinda principalmente da Região Nordeste, tivesse um grande aprendizado do "viver na mata" e das características do meio ambiente. O conhecimento acumulado vai recebendo codificações e significados. A tradição encarrega-se de reinterpretar esses códigos, atualizando-os e dando-lhes novos significados. Assim, forma-se a construção interpretativa de seu mundo carregada de sentido, significados e símbolos nascidos dos conhecimentos acumulados no dia-a-dia. Os mitos e as narrações míticas são elementos aos quais os indivíduos atribuem um significado e que por sua vez, orienta-os no mundo. Para as populações ribeirinhas, as codificações estão distribuídas em dois universos distintos: o universo das águas e o universo das matas, cada um contendo um conjunto de representações simbólicas.

Ao estudarmos essas representações simbólicas, verificamos que alguns trabalhos acadêmicos deixavam em segundo plano a análise da organização e interpretação que as populações tradicionais davam ao seu espaço. Sociólogos americanos tentaram provar que "o Brasil, sociologicamente falando, não tinha futuro porque era um país de 'mestiços' e 'mulatos' e de 'sub-raças' 'híbridas' e fracas" (Da Matta, 1984:77). Na Amazônia, a presença da raça negra foi relativamente menor. Mesmo assim, a "preguiça do índio", a "melancolia do negro" e a "cupidez" e estupidez do branco lusitano degradado formaram o retrato traçado para o homem amazônico e, em especial, para o ribeirinho.

Assim, a cultura do homem da Amazônia era entendida sob um ponto de vista preconceituoso. As histórias por eles narradas eram apenas "conversa de caboclo". Não se podia de forma alguma ver a dimensão da riqueza cultural desse povo. Era muito mais fácil chamá-los de preguiçosos. O pujante desafio é encontrar o elo de ligação entre a grande diversificação dos mitos e as narrativas míticas. Porém, como as narrativas míticas são, também, frutos do conhecimento e codificação do meio ambiente que através das formulações sociais organizam o espaço, trabalharemos com essa concepção não no sentido mecanicista de encontrar em cada mito ou narrativa mítica a sua função no ordenamento do grupo social, mas sim de compreender como o grupo social organiza seu espaço e como essa organização encontra-se representada nos mitos.

AS ÁGUAS: Iniciaremos com as representações míticas das águas. Este é um universo de mistérios e encantamentos. O mito de criação e formação do local está ligado à esse universo:

Quando os primeiros moradores chegaram no Cuniã, em busca da seringa, os índios "mouras" já habitavam as margens dos lagos. Os índios eram grandes pescadores. O chefe da tribo, homem temido, tinha uma filha muito bonita conhecida como Cunhã. Um dia, Cunhã foi avistada por um seringueiro que se encantou com sua beleza, resolvendo roubá-la. Para tanto, passou a vigiar sua maloca esperando uma boa oportunidade. Mas, infelizmente, quando o dia amanhecia, o chefe era sempre o primeiro a sair da maloca, só então os outros índios saíam. Porém, certo dia, Cunhã foi a primeira a sair da maloca e dirigir-se para o lago. O seringueiro não perdeu a oportunidade, agarrando-a e levando-a para sua canoa antes que o chefe aparecesse. Para defender-se, Cunhã passou a debater-se e a morder o seringueiro. Este vendo que Cunhã não ficava quieta deu-lhe várias facadas e atirou seu corpo nas águas do lago e fugiu. Mas Cunhã não morreu, ao contrário, sofreu um "encante" transformando-se na cobra grande e passou a morar no poço preto, local mais profundo do lago. Tornou-se a protetora de Cuniã, a mãe de toda a localidade e se um dia a cobra grande ou os moradores sair de lá, os lagos secarão e um novo "encante" acontecerá fazendo toda a fartura e beleza desaparecerem para sempre" (lenda da Cobra Grande do poço preto, recontada tendo como base vários depoimentos dos moradores de Cuniã, 1990)

A Cobra Grande mítica se faz presente na vida dos moradores como uma guardiã de seus destinos. Visível para alguns, irreal para outros, porém, reverenciada com respeito pela maioria, fixa morada em local denominado de "Poço Preto", onde ninguém faz idéia da profundidade, embora todo o lagos tenha o cálculo estimado de sua profundidade. Animal gigantesco, poderoso, deixou-se ver para ganhar forma na lenda:

P: o sr. já viu a cobra?

F: já vi ela boiando uma vez. P: mas não pegou ninguém?

F: não, nunca mexeu com ninguém. Ela tá aí, eu já ví, eu mais o João Prata, nós vimos a cabeça dela boiando lá onde era o poço dela mesmo.

P: e é grande?

F: a cabeça dela é mais ou menos assim, uma tronqueira (faz gestos com as mãos)... nós ia pegar tucunaré, eu e mais ele lá do outro lado, aí eu olhei e tava aquele troção boiando lá no meio do lago, "olha João, a cobra tá boiando ali" "cadê?" "olha a tronqueira acolá", "é nada rapaz". Eu disse "é sins". Bom, aí nós tivemos por lá pegando tucunaré eu olhei e já não Lava mais, "eu não disse que era ela? agora atravessa o lago que eu quero ver". Aí nós arrudeamos lá pelo barreiro e de lá varamos pro lado das banda do Ernesto e viemos por esse lado. Não viemos pro lá de jeito nenhum. E era ela, aí passou um cara no avião aí e botando um aparelho e pegando ela, taxa de meia água, então baixaram o avião pra ver direito, ele diz que é uma coisa grande de monstra. Aí o pessoal viram. Tavam no avião, aí baixaram mais um pouco, aí encheram, diz que é uma cobra sem feitio, uma cobra muito grande essa aí. (trecho em uma conversa com um morador que viu a Cobra Grande do Poço Preto, 1992)

Enquanto pescavam nas proximidades do Poço Preto, os dois observavam a tranqüilidade das águas do lago, era final de tarde, o sol ainda presente, só viram o "banzeiro". Então, disseram um ao outro "É a cobra do Poço Preto" e saíram de lá remando o mais depressa que podiam. Esse relato é o suficiente para reafirmar a existência da cobra grande, qualquer morador de Cuniã conta a história dos homens que viram a Cobra Grande do Poço Preto.

Essa "aparição" da Cobra Grande aconteceu no início da década de oitenta, período em que circularam as primeiras notícias de desapropriação do lugar. O mito de criação também sofreu modificações nesse período. O relato do "encante" de "Cunhã" (*"Dar a esta índia o nome de Cunhã parece ser uma alteração temporal. Sabemos que "cunhã" é substantivo feminino que significa índia e, por extensão, esposa ou companheira do caboclo, ou do homem branco; do tupi ku'ña. Cf. Dicionário etmológico de Antonio*

Geraldo Cunha, 1982. Dispensável, pelo óbvio, dizer que vem deste mito o nome da localidade) terminava afirmando que se a Cobra Grande fosse incomodada e saísse de seu lugar, os lagos secariam. Após ouvir várias versões do mito, percebi que fora acrescentado que "se os moradores saírem do local", os lagos também secariam. Pelas entrevistas fica claro que os moradores não cogitavam, antes da década de oitenta, a menor possibilidade de serem expulsos do Cuniã, logo, era improvável que antes do conflito eles tivessem cogitado a possibilidade de serem expulsos de seu lugar.

O amadurecimento das reflexões vai formando um quadro interpretativo que mostra algumas respostas. O mito não é estático, não é algo pronto e acabado, ao contrário, está se renovando sempre que a comunidade lhe dê novos significados, novas reinterpretações. Aparentemente, ao ser cogitada mudança de seu espaço, a comunidade que não tem documentos de seus terrenos, não sabe quais são os hectares que lhes pertence, necessitava mostrar que viviam há muito tempo no local, desde os índios; necessitavam dizer que eles precisavam do local e o local dependia de sua presença, se saírem os lagos secarão, a fartura de alimentos desaparecerá, a beleza se encantará. O que é verdade. O mito está absolutamente correto, pois tudo se encantará, o espaço mapeado e codificado pela vida cotidiana, a lembrança de seus pais ensinando os segredos das águas e das matas será desvinculada de seus referenciais, a vida terá que ser reconstruída em outro espaço, ao longo de outro tempo.

Dessa forma, o mito é uma linguagem que transmite uma mensagem codificada, criada e amadurecida para esses moradores, ao longo de seus cem anos, porém, não é a única forma de expressão da comunidade. Seria ingenuidade imaginar que o mito pudesse ser a panacéia que resolveria seus problemas. A organização da comunidade em Associação é um veículo de reivindicação, a atuação política junto a parlamentares é uma outra. A interpretação mítica é um acréscimo incorporado às estratégias traçadas para permanecerem no local.

A medida em que a comunidade chama o mito da Cobra Grande do Poço Preto ao banco de testemunhas como estratégia de sua defesa, demonstra que o mito pode ser um depositário dos códigos criados para sua orientação no mundo, firmação de sua cultura, organização social e instrumento de registro da história do grupo.

Assim, vemos as inúmeras representações míticas do boto: há o namorador, o boto que encanta, o curador, o que salva e outras representações. O boto namorador é criação de um tempo e espaço já superado. As narrações míticas falam de um animal que tem o poder de se transformar em homem e encantar e engravidar as mulheres solteiras e namorar com as casadas. São muitos os contos relatados pelos cronistas, entretanto, esse acontecimento mítico da transformação do animal em um homem (ou mesmo mulher), recorre à questão dos valores da cultura tradicional, em particular do homem ribeirinho e o seu viver isolado nas diferentes regiões da Amazônia. O boto namorador toma-se mais compreensível quando levamos em consideração essa origem cultural formada pelo nordestino, índio e amazonense. Para o nordestino chefe de família era inconcebível aceitar que a filha engravidasse e não estivesse

casada. Como pai ele teria que "lavar a honra" da família e o fazia expulsando a filha de casa, ou deixando-a na porta de um prostíbulo. Mas como fazer isso em locais isolados pela mata e água? É nesse contexto que o boto entra em cena. Dotado dessas capacidades fantásticas, a mulher não teria "culpa" pois, o boto possuindo poderes de "encantes" e a mulher tendo "um espírito fraco (sic)" não havia possibilidade de resistir aos "encantes" e assédios amorosos do animal. MORAES, descreve o boto como "uma espécie de toninha dos mares frios, *vermelho* (grifo nosso)... é por sua vez o flagelo das donzelas, das casadas e das viúvas..." (MORAES, 1926). Eliminada a culpa, a filha não precisava ser expulsa de casa e seu filho era aceito pelo grupo social sem nenhuma discriminação, a esposa não precisava ser morta e a viúva poderia sair de seu luto.

Esse é um acontecimento do passado e a sociedade transforma-se, as relações sociais tomam-se mais complexas e mesmo a revolução sexual marcou seus reflexos nas comunidades mais isoladas da Amazônia. Dessa forma, as narrações míticas do boto namorador não foram recriadas. Em Cuniã não foi encontrado nenhum registro dessa atuação do boto.

O boto que encanta tem a sua importância dentro das representações míticas na área. Contado nas mais variadas representações, em duas entrevistas registrei os acontecimentos contados pelos pais dos "encantados":

P: E o senhor, "seu "Raimundo, acredita em história de boto?

RAIMUNDO: rapaz, eu não tenho crença por muita coisa não, mas o que eu sei é que o bicho é um mistério, e um bicho que a gente não pode mexer com ele, ele malina da gente, a pessoa fica doida, endoia a pessoa, fica doidinho mesmo... ele magnetiza a pessoas, não sei o que é que faz, só sei que a pessoa endoia.

P: a sua esposa contou uma história sobre o seu filho e o boto, como foi que aconteceu?

R: o meu menino era novinho assim, grandinho, o boto levou ele, ficou doido, passou três dias doido.

P: foi aqui?

R: não, foi lá no seringal, e ele desapareceu, antes de desaparecer, endoio, ficou doido, o boto, era o boto... tinha um poço grande onde era a colocação de seringa, não deixava a gente dormir de jeito nenhum. Quando ele desapareceu, passou um dia todo desaparecido, e ele disse que eles tinham levado ele, lá tem um lugar que é no fundo do rio, e ele disse que lá era uma cidade, lá onde eles moravam, os botos, tinha um rapaz que eles tinham levado do Rio Purus e tava lá com eles e diz que são umas pessoas de pé grande e olho redondo, uns homens brancos e que é diferente os olhos deles pra mulher deles, bem redondo os olhos e o pé também é bem grande e era ele que apresentavam muitas coisas para eles e davam pra ele comer e ele não comia e levavam ele num quarto, tinha tudo quanto era tipo de instrumento, mandaram ele escolher, se agradasse podia ficar, também não quis. E o rio pronde eles foram era o rio pronde nós morava, diz que era uma rodovia por onde eles andavam, não iam por água, foram e voltaram pela estrada, quer dizer que daí existe alguma coisa de certo, quando nós levamos ele pra casa, ele não deixava ninguém dormir, eles estavam, os botos estavam perto, de noite era uma zoada de boto no poço da casa que eles escorriam até o barranco caíam na água e aquela zoadeira de boto que ninguém podia dormir.

P: o senhor rezava nessas horas?

R: não, eu nunca usei essas coisas. (trecho de uma conversa com o morador que teve seu filho encantado pelo boto, 1992)

Eu vou contar uma história de um boto, um filho meu saiu e foi lá pra bordo do motor, aí ficou, ficou e começou a aparecer boto, mas meu irmão, boto, boto que chega aquilo a coisa horrível assim do lado motor, que tinha um motor bem grande, aí

todo mundo: não vai não Dona Lóia, não vai não que os botos vai mexer contigo, eu disse: que mexe coisa nenhuma rapaz, os botos é da água e eu sou da terra, aí eu cheguei lá ele tava sentado chorando, aí eu peguei no braço dele e disse Francisco, o que é que tu tá fazendo aqui meu filho? Ele disse: nada, "vamos embora pra casa" ele disse: não vou não mãe, eu disse vamos embora pra casa, deixa de conversa. Aí ele veio, mas menino, os botos era uma coisa horrível, aí quando foi no outro dia de manhã eu fiz o almoço, eles tavam calafetando uma canoa aí no porto. Aí ele subiu, tinha um armazém bem grande aqui, era do velho, tinha um bocado de ferro, umas máquina velha de motor, aí ele pegou uma corda que amarra assim no igapó cheia de anzol pra pescar peixe, aí ele tirou uma arpoeira daquela do pai dele, chegou lá no armazém e enfiou dentro de uma malagueta de ferro que tinha dentro e botou na canoa, "Francisco, o que tu vai fazer com isso menino?" ele disse: vou botar uma groseira, aí eles calafetando a canoa e nem prestaram atenção, aí ele entrou na canoa e remou. Chegou lá no meio mesmo, aí ele amarrou a bicha aqui na perna, pegou aquela redoma de ferro e jogou na água eu tinha aprontado o almoço, aí eu disse: Airto, vai chamar os meninos lá na beira pra almoçar, aí o Alnério já vinha subindo chorando, o outro meu filho, ele disse: "mamãezinha, o Francisco caiu na água no meio do rio com o ferro amarrado na perna. Eu disse: meu Jesus, agora sim. Aí todo mundo ficou... mais gente, gente, ficou todo povo da vila correndo aqui pra vê. Aí nada, mas, como é que ia boiar com aquilo, aí demorou uns dez minutos, aí ele boiou, né, quando ele boiava tinha um boto, parece que era uma coisa enorme aquele botão vermelho, o menino boiava igual a um boto, o boto boiava ao lado dele. Mas naquele dia parece que eu fiquei assim doidinha, já pensou, a gente ver um filho assim? Aí eu fui com dois homens na canoa, aí quando a gente já ia agarrar ele assim, ele afundava e o boto boiava, mas aquele boto era uma coisa enorme né?, até que uma das vezes quando ele foi boiando assim, eu agarrei nos cabelos dele, mas eu não tinha mais força né, aí o outro rapaz que tava na canoa, nós puxamos ele assim pra dentro da canoa e eu escorei ele na minha perna, só você vendo, aquilo tava assim tipo uni catarro, aquela baba né, ele escorado na minha perna todo molão, aí eu passei a mão na cara dele, sacudi assim aquele babeteiro que tinha no rosto, aí chupei assim no nariz dele, aí ele só fez assim, tomou aquele fôlego comprido, aquela suspiração, aí o boto assim do lado, o bicho só faltava entrar dentro da canoa, ainda bem que era uma canoa grande, aí nós trouxemos ele para casa. Quando chegou em casa eu disse: Meu filho, por que você fez isso? Ele disse: mamãe, a coisa mais linda que eu já vi na minha vida, no fundo da água parece uma cidade. (...) tinha um padre aí na igreja, aí o padre veio deus nele um cordão de São Francisco e rezou, deu banho de água benta, eu sei que fizeram aquela maior coisa, até que passou aquilo. Aí o padre mandou todo mundo sair de dentro do quarto, mas a casa tava lotada de gente, aqui no terreiro. Depois de muito tempo o padre disse "você entra e conversa com ele". Aí eu fui conversar e ele contou quando tava lá no fundo, tinha uma pessoa que levava assim em cima e afundava de novo... (depoimento de uma moradora que teve seu filho encantado pelo boto na vila de São Carlos, próximo à Cuniã, 1993)

O relato do primeiro encantamento, segundo o pai da criança, começou como vingança por ele ter ferido um boto duas vezes. O boto encantou seu filho e passou a assombrar a vila ao ponto de fazer com que todos saíssem do local. Não tenho maiores dados que possam revelar a transgressão a ponto de se ter desdobrado em um acontecimento tão marcante. São relatos desse tipo que reforçam os aspectos míticos desse animal e o que gera a decisão dos pescadores em não caçá-los, pois correm o risco de receberem um "encante" dos botos, podem ser vítimas *do panema*, ou seja, falta de sorte na pescaria, "o cara não é feliz na pescaria". Se um pescador mata um boto, esse boto se encanta e passa a afugentar os peixes todas as vezes em que for pescar. O boto causa alguns transtornos aos pescadores quando caem na rede e ficam presos. Nesse caso, quando não conseguem romper a rede, morrem afogados, pois, como são mamíferos, necessita subir à superfície da água para respirar. Nesse caso não há *a culpa* do pescador e ele não sofre represálias. As representações míticas estabelecem seus limites e

normas. No mínimo, a espécie é preservada, está protegida atrás do escudo das representações. Entretanto, em alguns lugares do Amazonas e do Pará, o boto está sendo morto para a retirada de seus órgãos sexuais que é vendido nos mercados como afrodisíaco. Essa representação é exterior ao meio dos pescadores tradicionais, e não é uma prática entre os pescadores por onde tenho trabalhado. São outras incorporações míticas à cultura ribeirinha que promovem a captura e ameaçam a sobrevivência da espécie.

O segundo relato de encantamento de boto demonstra, na visão dos moradores, a atuação de uma mãe que não aceita perder seu filho para o boto. Essa opinião se contrapõe com outro encantamento acontecido na mesma área em que uma criança de quatro anos sumiu da beira do rio enquanto sua mãe lavava roupa. Todos procuraram pela criança e veio um curador e disse que a criança se encontrava encantada e que a mãe deveria quebrar o encanto. A mulher recusou-se a executar os trabalhos de desencantamento e os moradores consideraram que ela abriu mão de seu filho. Esses relatos foram colhidos em Cuniã e os dois últimos foram recontados pelos moradores de São Carlos e pelos próprios pais. Nos dois primeiros relatos há referências sobre a cidade encantada dos botos. Estas se situam sob as águas dos grandes lagos e rios, os que já visitaram seus domínios e retornaram declaram que é um local de muita fartura, muita música e dança.

A representação mítica do boto curador encarrega-se de aliviar os males que acometem a saúde dos ribeirinhos. Existe uma comunidade às margens do Rio Madeira, denominada Conceição do Galera, onde uma mulher recebe espírito de botos e realiza curas. Seus poderes são conhecidos e citados pelos moradores do Cuniã e por diversas comunidades situadas às margens do Rio Madeira. Suas curas são feitas com chás e banhos de ervas colhidos na mata. Algumas músicas são entoadas para chamar o boto e para acompanhar as sessões de curas:

**"Taculumim é minha terra
minha casa de eu morar
minha cama é de ouro
onde eu vou descansar..."
..."Eu vim da jurema
eu vim da jurema, eu baixei somente
pra ir curar
passei lá no alto do morro eu vim da jurema..."
(Entrevista com moradora de Cuniã,1990)**

As pessoas que recebem "espírito de boto" são chamadas de *"curadores"* (*Indivíduo que preparado para fazer curas. Pode ser homem ou mulher, à quem os espíritos (do boto, da cobra, de santos etc.) escolheu para receber os ensinamentos. É uma forma de xamã, o conhecedor dos poderes de cura das ervas, chás, emplastos*). Geralmente possuem lugares específicos para os atendimentos, no caso de Conceição do Galera há lugar para abrigar muitas pessoas que chegam em barcos de linha, motor (batelão) e passam pelos rituais de cura durante dias, três, cinco ou mais, conforme o tipo de tratamento. Quando há festejos de santos, o local se prepara para

receber grande quantidade de pessoas. Os curadores tratam de diversos tipos de doenças, incluindo os casos de panema e encantamentos, usando os diversos tipos de banho feitos com ervas colhidas na mata, chás, e benzeduras. Os casos mais simples como doenças de criança tipo *quebranto*, *vento caído*, *espinhela caída*, *mau olhado*, *olho gordo*, são tratados por benzedores que possuem rezas secretas herdadas de geração em geração ou adquiridas dos botos. Essas rezas só são repassadas a alguém com a autorização dos botos, ou quando o benzedor está preparando o seu substituto. Em entrevista com um benzedor, ele encontrava-se preocupado, devido a sua idade avançada (aproximadamente sessenta e cinco anos), porque tinha que repassar as rezas para alguém e esperava que o boto voltasse e lhe indicasse a pessoa que seria instruída. O mito aparece dando um ordenamento à dor e ao sofrimento do indivíduo.

O boto por si é um animal que se diferencia dos demais pelo grau de inteligência que possui, dividindo-se em duas espécies, o boto vermelho e o boto preto, o tucuxi. O boto vermelho, apelidado recentemente de cor-de-rosa, é o que promove curas e que é recebido pelos curadores e benzedores, é maior que o tucuxi e movimenta-se com lentidão. O boto tucuxi é menor e veloz, costuma fazer brincadeiras próximas às canoas, principalmente se houver mulheres de fora ou em fase menstrual. Mulheres nesse período costumam atrair um número razoável de botos. Ao tucuxi é atribuída, ainda, a capacidade de salvar náufragos. Contam que quando a canoa afunda, ele vai empurrando a pessoa com o focinho até a margem, fato acontecido e presenciado por alguns entrevistados. Alguns pescadores falam de uma terceira espécie, o boto laranja que é o mais perigoso e costuma atacar as pessoas. Mesmo assim, não há registro em área ribeirinhas de que alguém tenha sido atacado por boto. Além dos encantamentos de boto, há os de cobra, sendo atribuído a algumas espécies um poder hipnótico e de panema. Um outra representação mítica das águas é a Mãe D'água que habita em todas as nascentes. Ela é descrita como uma velhinha de cabelos brancos responsável pela oferta da água limpa e pura aos homens e não deixa faltar água para os igarapés e rios: "...ela é **uma velhinha, tudo no mundo tem mãe, todo bichinho no mundo tem mãe, a água tem mãe também...**" (entrevista com morador do Cuniã, 1990). Todos os locais de "olho d'água" (as nascentes) são vistos com muito respeito pelos moradores de Cuniã. A água limpa sendo ofertada pela Mãe D'água ou afloramento do lençol freático tem um tratamento especial desses moradores, o sagrado está presente nesses lugares, e o respeito e a proteção são mantidos.

Ao acompanhar um pescador em seu dia de trabalho, ele mostrou-nos algumas de suas técnicas de pesca. A canoa desliza silenciosa para baixo de algumas árvores que soltam seus frutos na água, uma delas denominada seringueira barriguda não tem leite e seus frutos formam-se e caem na água e com o passar dos dias apodrecem, "vira puba" e o tambaqui a procura nas proximidades do tronco da árvore. A árvore do capitari produz seus frutos em vagens que ao se

aquecerem pelo sol estalam e jogam suas sementes produzindo um pequeno barulho na água. O pescador refaz o barulho da semente ao cair na água para pegar o seu peixe, o instrumento utilizado chama-se "gaponga", uma pequena vareta com um osso arredondado amarrado em uma linha. O peixe é atraído e o pescador joga uma linha com a semente cozida presa no anzol. A semente cozida aparenta a forma aprobeada naturalmente, o cozimento deixa a semente "puba". Há outros frutos que os peixes apreciam como o carauçu, a carurana, a cajurana, a supiarana, o muriru, o mari-mari, a uxirana. Não se pesca próximo da árvore da piranheira, pois o tambaqui, a pirapitinga, a jatuarana que comem esses frutos ficam com a carne amargando. Quando é época de cheia, os lagos que ficam na várzea forma um grande lago, porém, conservam os seus nomes: lago do Campo, do Arrozal, Redondo, Jacaré, Cumprido, Estreladinho, do Arco, Atravessado, da Tapagem, do Libório, do Liborinho, Cuiarana, Frutal, do Velho, da Sucuriju, do Enviral e dezenas de outros nomes que carregam a história de seu batismo.

Nas águas o pescador ribeirinho, encontra-se a vontade, seguro, o seu sentido de liberdade fica expresso em seus gestos. O encontro do homem e a natureza manifestam-se de maneira ampla, entre cúmplices, entre amigos conhecedores um do outro: homem-natureza, natureza humanizada.

"Mito e Lugar" é o trabalho que apresentamos para a obtenção do título de Mestre em Ciências pela Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. José William Vesentini, defendido em 1994. As primeiras partes foram publicadas na Revista Presença nos números 09, 10 e 11 e continuarão nos números seguintes.

***Professor do Departamento de Geografia/UFRO**, Pesquisador-Associado do Laboratório de Geografia Humana e Planejamento Ambiental, Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

ASSOCIATIVISMO: ESFORÇO PACÍFICO CONTRA A VIOLÊNCIA

Clodomir Morais*

RESUMO: O desemprego e o subemprego que configura a marginalidade, no Brasil, têm conformado uma força social tão poderosa que chega mesmo a impor um diário "toque de recolher", a partir das 21 horas, nas 100 maiores cidades do País, obrigando perto de 50 milhões de brasileiros a não sair de casa sem o risco do assalto a mão armada. Nas maiores cidades brasileiras, as ruas e praças centrais, à boca da noite são evacuadas rapidamente pela população compradora. Logo, em seguida, o comércio protege suas portas com fortes grades de ferro enquanto a população se desloca aos bairros para proteger-se no lar; lar de janelas e portas também reforçadas por grades de ferro.

PALAVRAS – CHAVE: Desemprego, Subemprego, Marginalidade e População.

ABSTRACT: Unemployment and underemployment that configures the marginality, in Brazil, have formed a social force so powerful that even impose a daily "curfew", from 21 hours in the 100 largest cities in the Country, forcing nearly 50 million Brazilians do not leave home without the risk of robbery at gunpoint. In larger cities, the central squares and streets from night are evacuated quickly by buyer. Soon then trade protects its doors with strong iron grids while the population moves to neighborhoods to protect yourself at home; home of Windows and doors also reinforced by iron grids.

KEYWORD: Unemployment, Underemployment, Marginality and Population.

I - O NOSSO PROBLEMA CRUCIAL E SUA EXTENSÃO

O desemprego e o subemprego que configura a marginalidade, no Brasil, têm conformado uma força social tão poderosa que chega mesmo a impor um diário "toque de recolher", a partir das 21 horas, nas 100 maiores cidades do País, obrigando perto de 50 milhões de brasileiros a não sair de casa sem o risco do assalto a mão armada.

É tão patente esta dura realidade que um ministro da Justiça foi à televisão aconselhar aos que infringem o "toque de recolher" no sentido de que tenham sempre algum dinheiro no bolso, porque a falta deste poderá irritar o assaltante e levá-lo a produzir maior violência.

Calcula-se em um milhão de adolescentes (conhecidos por "trombadinhas") que, vivendo fora do controle dos pais, se dedicam a furtos e assaltos.

Nas maiores cidades brasileiras, as ruas e praças centrais, à boca da noite são evacuadas rapidamente pela população compradora. Logo, em seguida, o comércio protege suas portas com fortes grades de ferro enquanto a população se desloca aos bairros para proteger-se no lar; lar de janelas e portas também reforçadas por grades de ferro.

Há menos de meio século as pessoas podiam livremente desfrutar do passeio noturno para ver vitrines, parques, teatros, templos, cinemas, estádios de futebol.

Naquela época somente os agentes da violência estavam metidos atrás das grades. Hoje, a coisa está completamente invertida, diametralmente oposta: à noite a cidadania é recolhida às grades de ferro que protegem portas e janelas do seu lar, enquanto que a violência campeia nas ruas pondo em risco a tranqüilidade de todos.

Inverteram-se inclusive os critérios da arquitetura, pois a grade que antes era o símbolo dos estabelecimentos penais passou a impor-se como componente arquitetônico de habilitação familiar. É por isso que a serralheria constitui um setor industrial em expansão.

Não seria exagerado dizer que a maioria dos brasileiros, hoje em dia, dorme atrás de grades por temer a violência que impera nas ruas. E, por conta disso, em expansão entra a indústria de novela de televisão, a fim de que ninguém morra de tédio, encerrado em sua casa.

Cumpra-se assim a profecia de Josué, não o rei que conduziu os judeus à Terra Prometida e sim o médico e sociológico Josué de Castro que dizia que a população das grandes urbes, um dia, estaria composta **"dos que não comem e dos que não dormem: não dormem com medo dos que não comem"**.

De fato, esta é a triste realidade em que vivemos. Pior ainda porque o medo aos desempregados, ou seja, o medo aos que não comem rouba ao indivíduo a liberdade de sair à noite. Muitos têm medo de sair mesmo em automóvel e gritam por mais policiamento nas cidades, como se já não fossem excessivamente pesados aos cofres públicos e privados os serviços destinados à segurança pessoal e do patrimônio.

II- AS CAUSAS DO PROBLEMA

Toda nossa história mostra que o brasileiro é de espírito e índole pacífica e, por isso, avesso à guerra e à violência. Se este hoje constitui o mais grave problema social dos brasileiros, é porque não se tem tratado de ultrapassar adequadamente as causas da violência que não são outras se não o desemprego e o subemprego.

Na medida em que crescem o desemprego e o subemprego, cresce também a violência.

Nos Países do Terceiro Mundo de economias deformadas e incipientes o progresso técnico da

agricultura, na medida em que melhora as condições de vida rural, desloca população para os centros urbanos. Este constitui o custo da incorporação tecnológica com o propósito de aumentar a produção e incrementar a produção de mercadorias, não importa o marco político-filosófico que o presida. As megalópoles marcam as geografias dos Países ocidentais e orientais; do hemisfério norte e do sul. Quer dizer que, em qualquer parte do planeta onde existir a produção mercantil, seja em forma de bens ou de serviços a tecnologia é sempre buscada para reduzir os custos da produção e dos preços das mercadorias, reduzindo, em consequência disso, braços nos centros de trabalho, empurrando esses braços livres à procura de trabalho em outros lados.

É tão inexorável o "metabolismo" da economia da produção mercantil, que chega a desrespeitar a vontade dos homens que a desconhecem ou não levam em conta. Exemplo mais típico dessa, dir-se-ia, fatalidade é o caso dos riograndenses do sul que sempre tiveram uma agricultura e uma indústria doméstica modelares, baseadas na produção familiar.

Com efeito, os nossos gaúchos sempre endeusaram os seus "pagos" e a sua "querência"; quase não saiam das suas fronteiras nas proporções dos emigrantes nordestinos.

Nos nossos dias, avalanches de emigrantes riograndenses do sul se espalham por todo o centro e grande norte brasileiro. Eles não puderam permanecer tranquilos e felizes nas suas "querências", apesar de serem os brasileiros que mais tempo tiveram nas mãos as rédeas da República. Com efeito, nos 100 anos de vida republicana, o Brasil tem sido governado, quase metade de um século, por gaúchos e muitos deles com plenos poderes, em regimes ditatoriais.

Hoje, o Rio Grande do Sul consome até verduras e legumes produzidos nos grandes centros de moderna produção, por não ter podido absorver na agricultura ou na indústria as massas desempregadas do campo.

A absorção de braços excedentes da agricultura foi um fenômeno normal na história econômica dos Países mais desenvolvidos do século passado. É que a revolução industrial, nos seus primórdios, estava montada sobre uma tecnologia ainda pobre, limitada pela mecânica consumidora de grandes massas de trabalhadores. Além disso, os braços excedentes da agricultura foram em grande parte absorvidos também nas construções de canais e de numerosas estradas de ferro e nos esforços de expansão colonial.

Com o Brasil e com outros países do Terceiro Mundo de tardio desenvolvimento capitalista, a máquina penetrou na agricultura (expulsando do campo populações rurais) na mesma época em que a fotocélula invadiu a indústria reduzindo suas necessidades de braços e impedindo dita indústria de cumprir seu clássico papel de absorvedora de consideráveis porções de excedente de mão de obra rural.

Daí porque, dado a esse anômalo "metabolismo" do capitalismo tardio, no nosso País o migrante rural, ao chegar à cidade, é logo inserido não na indústria (impossibilitada de absorvê-lo) e sim no

Setor Terciário, ou seja, nos Serviços. Ele se incorpora ao comércio ambulante, ou como biscateiro de milhares de barracas que proliferam marcando de cashbad, ou medinas orientais, os grandes centros urbanos. Outros migrantes de menor sorte, que não conseguiram incorporar-se nem à Indústria nem aos Serviços, são, no entanto, incorporados às fileiras da violência e que a fome e o desemprego geralmente induzem.

III - COADJUVANTES DA SOLUÇÃO

Os braços que a Agricultura e a Indústria não puderam absorver têm que ser incorporados à produção de bens ou de serviços se não se quiser vê-los, engrossando, cada vez mais, as hostes da violência. Em duas palavras: ou são incorporados ao trabalho, ou serão incorporados à violência.

Para isso dever-se-á preencher vastos espaços econômicos e sociais que requerem profissionais organizados em estruturas de produção e de serviços. As coisas dos homens são feitas pelos homens. o dinheiro, a tecnologia, nada fazem sem os homens que trabalham: e os homens só fazem bem as coisas quando estão adequadamente organizados para isso.

Todo mundo tem dor de cabeça quando necessita de um eletricista, ou de encanador, ou de um pintor, ou de um tipógrafo, ou de um cozinheiro, de um carpinteiro, ou de um mecânico, ou de pedreiro, ou um alfaiate, de um protético, de artesãos de todo tipo; ou de um datilógrafo, ou de uma babá de velhos e inválidos; ou de uma simples empregada doméstica, ou de um jardineiro, de massagista, de professores, de tradutores e de tantos outros profissionais que não têm trabalho ou operam ocasionalmente.

As dores de cabeça sobrevêm pelo receio de contratar serviços de indivíduos que não estão apoiados em uma razão social, uma empresa, uma cooperativa, um coletivo de trabalho ou uma associação comunitária idônea.

Hoje, já se tem bem claro que os produtores remunerados só trabalham em cooperação quando estão ao redor de **insumos indivisíveis**, ou seja, ao redor de meios de produção e de serviços postos à sua disposição ou em propriedade comum de todos os associados.

A pequena infra estrutura (o teto), o veículo, o telefone, a maquinaria simples, utensílios, instrumentos, e ferramentas de trabalho de propriedade e uso comunitárias sempre se consegue com a Comunidade Solidária, com a Secretaria de Assuntos Comunitários da Presidência da República ou com outras instituições similares existentes em níveis estaduais e municipais.

Sobram profissionais desempregados. Só as Forças Armadas, por exemplo, cada ano, jogam no mercado de trabalho entre 40 e 50 mil profissionais jovens, formados durante o serviço militar, além de milhares e milhares de profissionais formados anualmente pelo SENAI, SENAC e por centenas de outras instituições congêneres e universidades.

Como se vê, sobram profissionais. O que falta mesmo são instituições especializadas em "construir" estruturas organizativas capazes de incorporar os milhões de profissionais sem trabalho.

Faltam quadros organizadores de cooperativas de trabalho e de outras formas de cooperação que absorvem o desemprego. Para tanto, há que criar-se uma instituição que seja o novo "bandeirante" da expansão do emprego dotada de centros de **capacitação em organização dos produtores, com vistas à expansão real do emprego (COPEERE).**

***Clodomir Moraes.** Doutor em Sociologia pela Universidade de Rostock/Alemanha
Professor visitante / UFRO.